

ATA N.º 08/XIII/2023

Reunião Pública de 24/04/2023

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Carlos Edgar Rodrigues Albino e com a presença dos Srs. Vereadores Rui Manuel Marques Garcia, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Luís Manuel Miranda Amieiro, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa e Ivo Manuel Pereira Peçaço e Pedro Miguel Dias Pinhal.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

- REVISÃO DE PREÇOS - PISCINA MUNICIPAL DA MOITA – MARÇO 2023 24

2. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS ÀS COMISSÕES DE FESTAS 24

3. PROPOSTA DE VALOR DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO VERÃO A BORDO 2023 25

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo intervenções passou-se em seguida ao Período Anterior à Ordem do Dia

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A Posição Atual do Orçamento da Receita e a Posição Atual do Orçamento da Despesa Económica do presente ano, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

- Pelo Sr. Presidente foi solicitada a inclusão, na Ordem do Dia, de uma proposta designada por "Proposta de valor de inscrição para participação no projeto Verão a Bordo 2023", tendo recaído sobre a mesma o n.º 107/XIII/2023, o que foi aceite por todo o executivo.

- Foram apresentados dois Votos de Pesar "Pelo falecimento de Joaquim Pessoa", que abaixo se transcrevem, tendo o primeiro sido apresentado pela Sr.ª Vereadora Vivina Nunes em nome dos eleitos da CDU e o segundo apresentado pela Sr.ª Vereadora Sara Silva em nome dos eleitos do PS.

Voto de Pesar - CDU

"Joaquim Pessoa viveu a sua infância e adolescência na Baixa da Banheira num pátio chamado "Pátio da Liberdade". Liberdade que era também o nome da sua mãe. Tendo um pouco mais de posses que os restantes meninos que habitavam no seu lugar, nunca se esqueceu que para jogar à bola, não só teria de trazer a bola, como descalçar-se, porque descalços todos os outros meninos andavam.

Frequentou a Coletividade Ginásio Atlético Clube num tempo de grande convulsão social, contribuindo para a sua formação social e política. Pessoa que até ao fim da sua vida, não esqueceu a terra da sua meninice, nem os seus valores operários e nem a perspetiva da necessária e justa transformação social.

O seu percurso veio a determinar que seria não só um dos maiores poetas portugueses de todos os tempos, como um poeta de Abril. Dando o melhor de si, deu à sua terra o melhor que poderia dar: expressão à Liberdade.

Com obra poética extensa, as suas palavras perscrutaram e veicularam o nosso tempo. Um tempo que carregado de progresso, de futuro. Provavelmente, não tivesse havido nenhum vulto da literatura dos nossos tempos que nunca o tivesse lido ou até cantado.

Em 2015, a propósito dos 40 anos de atividade literária do poeta, a Câmara Municipal da Moita e a Editora Edições Esgotadas criaram o Prémio de Poesia Joaquim Pessoa, destinado a distinguir uma obra inédita de poesia escrita em língua portuguesa.

Desejamos que a sua obra seja estudada, conhecida e divulgada, certos que esse seria também o seu profundo desejo.

A Câmara Municipal da Moita, reunida a 24 de Abril de 2023, presta a sua sentida homenagem, de reconhecimento e apreço, a Joaquim Maria Pessoa."



A Sra. Vereadora Vivina Nunes disse, ainda, que “não está aqui, mas gostaríamos que fosse enviado este Voto de Pesar, depois de aprovado, se assim o for, à sua família, e como já li o outro Voto de Pesar, que também é sobre a mesma pessoa, para além do Voto de Silêncio e porque os artistas vivem de palmas, no final do minuto de silêncio, que pudéssemos dar uma ovação porque os artistas não viviam de silêncios, viviam de aplausos e de vida.”

Voto de Pesar - PS

“Foi com enorme tristeza e profundo sentimento de pesar que tomámos conhecimento do falecimento do poeta Joaquim Pessoa, no passado dia 17 de abril.

Joaquim Pessoa, nasceu no Barreiro, distrito de Setúbal, em 1948, tendo residido em Alhos Vedros e na Baixa da Banheira durante a sua infância e juventude.

Poeta, Publicitário e Pintor, foi uma das vozes mais destacadas da poesia portuguesa do, pós vinte cinco de Abril, tendo iniciada a sua carreira no Suplemento Literário Juvenil do Diário de Lisboa.

Editou o seu primeiro livro em 1975, e publicou cerca de quarenta obras, incluindo seis antologias, onde se destacam temas como o amor e a denúncia social.

Foram-lhe atribuídos os prémios literários da Associação Portuguesa de Escritores e da Secretaria de Estado da Cultura (Prémio de Poesia de 1981), o Prémio de Literatura António Nobre e o Prémio Cidade de Almada. Joaquim Pessoa foi ainda diretor da Sociedade Portuguesa de Autores, entre 1988 e 1994.

A Câmara Municipal da Moita em 2015 instituiu em seu nome um Prémio Literário, criado para incentivar a leitura e a escrita de poesia, em parceria com a Editora Edições Esgotadas, no âmbito das comemorações dos 40 anos de atividade literária do poeta. Este prémio, cuja última edição ocorreu em 22 de outubro de 2022, destina-se a galardoar, bienalmente, uma obra de poesia escrita em língua portuguesa.

A Câmara Municipal da Moita, reunida em 24 de abril de 2023, presta sentida homenagem a Joaquim Pessoa, propondo um minuto de silêncio em sua memória, e endereça à família e amigos as mais sinceras condolências.”

Após a apresentação dos Votos de Pesar, foram submetidos, individualmente, a votação tendo ambos sido aprovados por unanimidade.

Foi feito um minuto de silêncio, seguido de uma salva de palmas, em homenagem ao poeta.

- Foram, ainda, apresentadas duas Moções, que abaixo se transcrevem, tendo a primeira sido apresentada pelo Sr. Vereador João Romba, em nome dos eleitos da CDU e a segunda apresentada pela Srª Vereadora Anabela Rosa, em nome dos eleitos do PS.

Moção - CDU

“Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam - a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perdoaria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-

14

se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude e do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via de transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam

A Câmara Municipal da Moita reunida, no dia 24 de abril de 2023, delibera:

1. Saudar o 49º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;

2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação de regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;
5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas;
6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade."

Após a apresentação da Moção foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Ivo Pedação – Disse que "eu gostaria de votar favoravelmente esta moção, só queria salientar um ponto, que é o ponto cinco, e que é referido, anteriormente, em relação à reposição das freguesias, a qual, existem freguesias, no meu ver, que estão melhor agora do que estavam. Penso que não seja necessária essa reposição dessas freguesias, e vai contra, é só mesmo este ponto que não posso votar favoravelmente esta moção."

Sr. Presidente – Disse que "ainda fazendo referência a este ponto, dar concretização ao processo de reposição de freguesias liquidadas, se calhar, seria importante ouvir as populações, e as populações do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, nomeadamente, a freguesia do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos não propôs, ou não foi lá votado, favoravelmente, a desagregação das freguesias, até a população e no grupo Coral ou, neste caso, no Gaio-Rosário advoga ou tem uma música a falar da agregação das freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, e acho que até com considerações muito positivas, relativamente, a esta agregação, por isso, se no passado todos estivemos do mesmo lado, contra a agregação de freguesias, a régua e esquadro, aqui, também, deveria haver algum cuidado na forma como redigimos os nossos textos e isto é, apenas, uma análise política, relativamente, a um documento que me é apresentado no que diz respeito à concretização do processo de reposição de freguesias liquidadas.

Em primeiro lugar, porque as freguesias não foram liquidadas, elas continuam a existir, só que noutra forma, noutra contexto, evoluíram, estão agora agregadas, continuam os territórios e as localidades continuam a ter, alguns deles, dinâmicas, em alguns territórios as dinâmicas evoluíram como em muitos outros porque os territórios são vivos, onde há pessoas existe vida e a vida faz com que muitas coisas se alterem, mudam-se tradições, a língua portuguesa evolui, evolui muita coisa e as vivências daquelas localidades e das freguesias agora unidas, as vivências, também, elas evoluem e é necessário perceber se continuará, ou não, a fazer sentido estas permanecerem separadas ou unidas, e é só por essa questão que votaríamos a favor desta proposta, se não fosse a forma como o ponto cinco está redigido. Se fosse redigido de outra forma, mais abrangente, porque haveria espaço até para votar favoravelmente, agora da forma como aparece aqui redigido, se formos contra a agregação, a régua e esquadro, também, não seremos a favor da desagregação, a régua e esquadro, em alguns casos, contra a vontade da própria população que, tem que ser ouvida, neste mesmo processo, e há disponibilidade para fazer a auscultação da população, auscultação essa que tem de passar, em primeiro lugar, por um trabalho das próprias freguesias."

Após apresentação foi a Moção submetida a votação tendo sido aprovada por maioria, com quatro votos a favor da CDU e cinco abstenções, sendo quatro do PS e uma do Vereador Independente.

O Sr. Presidente fez da sua intervenção Declaração de Voto, em nome dos eleitos do PS e o Sr. Vereador Independente Ivo Pedaço fez, também, da sua intervenção Declaração de Voto

Moção - PS

"Revolução dos Cravos simboliza o momento crucial na nossa história, simboliza nas mais diversas áreas, Educação, Saúde e Serviços Públicos, que o benefício de alguns passou a ser o direito de todos! Festejar hoje o 25 de Abril é essencialmente celebrar a democracia e a liberdade individual e coletiva, a consagração da cidadania e dos direitos económicos sociais e culturais, dos cidadãos e dos trabalhadores.

Festejamos a Liberdade e a Democracia conscientes de que esta é sempre uma obra inacabada, e que nunca está imune a ameaças. Prova disso é a inqualificável agressão e invasão da Rússia à Ucrânia, onde milhões de pessoas de um dia para o outro se vêm privadas da sua Liberdade e dos seus Direitos fundamentais.

Festejar o 25 de abril, hoje, é evocar o compromisso de renovar diariamente a liberdade, é manter a chama democrática acesa, foi assim no passado, é assim hoje, e será sempre a nossa luta no futuro.

Por isso, é preciso manter viva a memória da resistência, do muito que juntos construímos, mas também, sendo igualmente necessário que as novas gerações continuem a fortalecer a nossa democracia sem permitir nunca nenhum retrocesso nas liberdades conquistadas.

É com a liberdade individual e coletiva que cada dia a democracia se renova, se fortalece, que a economia se desenvolve, que a sociedade se abre e se torna mais justa, que a cultura se cria e reinventa, que a ciência progride e que a paz se constrói.

Comemorar Abril é igualmente honrar a memória dos que resistiram, sofreram e tombaram para que a liberdade fosse possível.

E se falamos em memória, permitam-nos lembrar Jorge Sampaio e usar a sua frase intemporal...

«25 de Abril Sempre!»

Assim, a Câmara Municipal da Moita, reunida em sessão pública ordinária em 24 de Abril de 2023, delibera:

- Saudar os 49 anos passados sobre a revolução de Abril de 1974
- Enaltecer todos e todas quantos lutaram por um Portugal livre
- Reafirmar o espírito de Abril e os seus inestimáveis valores da liberdade, igualdade e solidariedade."

Após a apresentação da Moção foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Rui Garcia - Disse "então, sobre este documento, um comentário. Entendeu o Partido Socialista misturar, na Saudação ao 25 de Abril, a questão da Ucrânia, e isso merece-nos algumas palavras, primeiro para dizer que, independentemente, do que se considere sobre a guerra na Ucrânia, o seu início e as suas causas, falar da Ucrânia e falar de democracia são coisas diferentes.

Eu convidava os senhores a dizer-nos, por exemplo, quantos partidos estavam ilegalizados antes da intervenção russa, quantos estão ilegalizados agora se, por acaso, algum dos governantes portugueses, que já lá estiveram, se encontraram qual o representante do Partido Socialista Local? Eu digo que não, porque ele está ilegalizado, portanto, cuidado quando se fala de democracia e de Ucrânia. A outra questão, mais substantiva ainda, tem a ver com a forma como isto aparece, e aparece numa bolha, uma bolha em dois sentidos. Por um lado, a bolha de que não há contexto, portanto, a situação na

Ucrânia aconteceu porque um dia alguém acordou e mandou as tropas para lá, não há contexto, não há antes, não houve acontecimentos, não há nada que conduza a isso e, portanto, quando as coisas são apresentadas assim, são apresentadas num preto e branco quase sem branco, quase todo preto que não existe no mundo natural, não existe na natureza, não existe na sociedade, as coisas não são, nada na sociedade é a preto e branco, como querem apresentar a situação da Ucrânia. Mas, uma questão ainda mais, a outra bolha é que estes, eu chamo-lhe, já lhes chamei noutras ocasiões, pacifistas de uma guerra só, portanto, estes pacifistas de uma guerra só falam da paz na Ucrânia, aliás, não falam de paz, falam da Ucrânia, da guerra na Ucrânia, não há memória, em qualquer Saudação do 25 de Abril apresentada por qualquer partido, incluindo o Partido Socialista, que se tenha referido, por exemplo, a vinte anos de agressão militar norte-americana no Afeganistão; que se tenha referido a intervenção militar no Iraque, que ainda permanece lá as tropas norte-americanas e da NATO ainda estão no Iraque; que tenha referido a situação da Síria, onde ainda estão tropas também estrangeiras, turcas, americanas e outras lá presentes, sem serem chamadas, sem serem convidadas, sem serem aceites, pelo governo nacional; da agressão à Líbia que foi destruído o País, completamente, portanto, também, alegando, enfim, defesa dos valores ocidentais e aquilo está transformado numa selva em que se andam a matar uns aos outros, grupos quase tribais que vão disputando a partilha da riqueza, a partilha do saque da Líbia; não há, nem nunca houve uma referência à situação da Palestina, onde existe uma, uma ocupação, a própria ONU já o reconheceu, uma ocupação do território palestino, dos territórios definidos nos acordos de Oslo, que não são respeitados por Israel que continua a manter a ocupação militar, portanto, controlo militar desse território e ocupação com os comunatos que já tiveram, também, referências assim muito suaves, mas ainda assim, imagine-se, até a isso, foram levadas as potências ocidentais, os próprios Estados Unidos, a condenar a continuação da construção de comunatos, nunca isso foi aqui trazido a propósito da questão do 25 de Abril. Eu acho bem, não tinha que ser trazida a propósito da questão do 25 de Abril, o 25 de Abril é português, é nosso, que defendamos a democracia, a liberdade, ainda que por vezes, não tenhamos exatamente os mesmos conceitos do que devia ser a liberdade, o que devia ser a democracia, das conquistas de Abril e do que elas representaram, mas estamos unidos e até hoje sempre estivemos unidos nesta defesa e nesta saudação ao 25 de Abril e ao que ele trouxe de libertador e de emancipador do nosso País, para pôr aqui isto a martelo, pôr aqui a questão da Ucrânia, perfeitamente a martelo, descontextualizada em si própria quando aborda a questão, e descontextualizada do resto da situação internacional, portanto, aparece, aqui, como se fosse o único problema que existe no mundo e a única ameaça à paz no mundo estivesse ali, pois é algo com o qual nós não podemos concordar, e portanto, e pensamos que, de facto, não tem cabimento nesta Moção, ou então se se quer falar de paz, e da defesa da paz, fale-se do fim da guerra, fale-se da defesa da paz, no sentido que a Constituição de abril, a Constituição Portuguesa, aprovada em 1976, mantém até hoje, apesar das suas cinco revisões, lá no seu artigo sétimo, a defesa da paz e o que entende por paz, desarmamento, fim aos blocos político-militares, cooperação internacional, diplomacia, é isso a paz, está lá escrito, se quiserem pôr isso, aqui, nesta Moção a defender a paz em todos os sítios onde existe guerra no nosso planeta, neste momento, nós estamos inteiramente de acordo, falar de uma guerra e não falar da outra, é cair naquilo que eu já chamei, e acabo assim, de serem pacifistas de uma guerra só e nós não somos pacifistas de uma guerra só."

Sr. Presidente - Disse "Sr. Vereador Rui Garcia, começaria, aqui, por um ponto, é que quando se fala em paz, foi mesmo na garantia da paz e da defesa da paz, neste caso, de um povo porque este aceitou fazer algo que você aqui acabou de fazer, dar o armamento que tinha, nomeadamente, o armamento nuclear a uma potência externa, neste caso, a Rússia em troca da garantia que se, algum dia, necessitasse de ajuda, a Rússia os iria defender. Algo que, por estranho que pareça, foi esse que a troca da cedência das armas de destruição maciça, das armas nucleares, nos seus protocolos ou acordos internacionais aceitou, ou que se comprometeu a defender outro País, neste caso a Ucrânia. Foi esse que, neste caso, o atacou violando a integridade territorial do mesmo, contra aquilo que diz os acordos internacionais e a legislação internacional. Por isso, isso sim é inqualificável e deveríamos estar, todos, atentos e estar conscientes daquilo que se passa à nossa volta, porque isso diz muito

4
88

daquilo que são as nossas próprias garantias de democracia e de liberdade, porque o que não podemos querer, ou aceitar, é ficar alheados no seio da União Europeia, que às portas da Europa, de um Estado que, neste caso, prende os seus opositores que, por mais que uma vez, aparece na comunicação internacional, e em vários documentos em que os seus opositores são envenenados, entre outras coisas, ou com aqueles com os quais exista alguma discordância, acabam sempre por ter um acidente, seja no iate, seja numa varanda de um hotel no qual estão hospedados, isso sim, deveria ser motivo de preocupação, porque embora, tenha dito na sua intervenção que concordamos com os valores de Abril, nem sempre estamos de acordo com os conceitos de liberdade e democracia, a minha democracia e a minha liberdade não sustenta tais práticas como esta que é agora que se vê a acontecer no Sudão do Sul e em tantas outras que o Sr. acabou de referenciar.

Infelizmente, aquilo que temos vindo a ver é que estamos muito longe de onde todos nós gostaríamos de estar, era de um mundo onde não fosse necessário que as sociedades tivessem que se armar para garantir a paz e tranquilidade dos seus povos porque a Europa estava num processo de desarmamento, de desinvestimento no armamento, e muito criticado, pelos Estados Unidos e outros parceiros internacionais, que se queixavam que a Europa não investia nessa área e, agora, o que está a acontecer às "portas" da Europa veio demonstrar que, infelizmente, a Europa tem que voltar a investir nestas áreas, se quer garantir a liberdade e a democracia, também ela, no seu território, sob pena de um dia destes acordarmos todos com um tanque, um caça, ou uma embarcação, a invadir aquilo que é a nossa integridade territorial e entrarem pelo nosso quintal a dentro. E isso tudo, é aquilo com o qual não nos podemos rever, com o qual não podemos aceitar, e se é para travar esse tipo de comportamentos, com os quais não nos identificamos e nem poderemos aceitar, se for para o travar, que seja de imediato na Ucrânia, em que o povo ucraniano está a pagar, com sangue, por um conjunto de ideais que todos nós perfilhamos, que é a liberdade, a autodeterminação, o direito a decidir o caminho do seu próprio povo, que as coisas não lhe sejam impostas por atores externos porque primeiro foi a anexação da Crimeia, houve muitas tentativas para o diálogo, mas isso apenas serviu para que outros se pudessem preparar para continuar a invadir, e há outras invasões, putativamente, já estariam na calha porque existe um ditador numa ponta de um dos maiores países do mundo, em termos de área, que ainda tem uma visão imperial daquilo que era a concessão do mundo, e isso, também, já não se pode aceitar, nos dias de hoje.

É isso que, efetivamente, é dito nesta Moção, poderia ser dito, poderia ser acrescentado, mas dizer e lembrar-lhe, Sr. Vereador, que na Assembleia Municipal tive oportunidade de apresentar uma Moção, onde tocava vários dos pontos que aqui refere, fossem eles protagonizados por atores ocidentais ou por atores de outros eixos de força, agora já não terei recordado da votação de altura, mas sei que também não colheu muito apoio para além da bancada do PS, por isso, agora, este é aquilo que está aqui nesta Moção, não é outro tema, mas é este porque é aquele que nos é mais próximo e que coloca em causa as nossas liberdades"

Sra. Vereadora Anabela Rosa – Disse que "aquilo que eu queria acrescentar era que, a referência à guerra na Ucrânia está perfeitamente enquadrável nos valores democráticos que nos trouxeram todas as conquistas do 25 de Abril, uma vez que estes valores democráticos encerram também, todos os direitos, tal como o Sr. Vereador referiu, constantes na Lei Fundamental que é a Constituição da República, sob a epígrafe, Relações Internacionais que não só falam da paz, mas também fala no reconhecimento de Portugal do direito dos povos à autodeterminação, independência e o desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão, isto no número três, temos no número dois também que Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e todas as outras formas de agressão, portanto, eu creio que nós, na nossa opinião, está perfeitamente enquadrado aqui nesta Moção, e que todo o direito dos povos à autodeterminação é também um valor democrático que foi conquistado com a revolução do 25 de Abril."

4
SP

Não havendo mais intervenções foi a Moção submetida a votação tendo sido aprovada por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do PS, um do Vereador Independente e quatro votos contra da CDU.

O Sr. Vereador Rui Garcia, em nome dos eleitos da CDU, apresentou a Declaração de Voto que abaixo se transcreve.

Declaração de Voto

"Queria fazer da intervenção Declaração de Voto, mas, acrescentar, apenas, que o nosso voto contra prende-se com o facto de se colocar uma questão aqui, perfeitamente, delimitada que não corresponde aos princípios gerais do 25 de Abril, como a Constituição refere, e mesmo agora acabou de ser lida um trecho do seu artigo sétimo, que importa respeitar na sua integralidade e não apenas, relativamente, a um caso específico.

A situação na Ucrânia é bastante complexa, qualquer situação de guerra e de agressão e de intervenção no território de outro País deve ser condenado e nós como uma condenamo-la, no entanto, há um contexto de deformação da situação, ali, vigente que importa, que importava e que continua a importar esclarecer. Importa desmistificar a situação do «quem ameaça quem» a não ser que se considere ameaça colocarem os países ao lado das bases nucleares estrangeiras. Se é isso então, de facto, a China e a Rússia estão a ameaçar, porque estão mesmo ali, vejam lá o descaramento, puseram os seus países mesmo ao lado das bases militares e das armas nucleares dos Estados Unidos e da NATO, que estão na Roménia, que estão na Bulgária, que estão na Letónia, que vão estar, agora, na Finlândia, estão na Turquia, enfim, estão, ali, a toda a volta, portanto, isto só para dar um ligeiro exemplo de uma situação que é extremamente complexa, não pode ser simplificada como se tem estado a tentar fazer e, sobretudo, não aceitamos que qualquer crítica à postura ocidental relativamente à situação nesta guerra seja tomada com uma defesa de Putin. Nós não defendemos Putin, Putin é tão condenável o seu regime socioeconómico e político, como outros, muitos outros, infelizmente, em todo o nosso planeta e, portanto, não se trata de defender ninguém, trata-se de olhar para uma situação, em todos os seus contornos, e defender que é preciso que se fale de paz e os dirigentes, designadamente, os dirigentes ocidentais, que são esses que mais nos interessam, porque é aqui que nós estamos e é à NATO e à União Europeia que nós pertencemos, e os dirigentes destas organizações não falam de paz, falam apenas de guerra, e de mais guerra, e de ainda mais guerra e a palavra "paz" e o conceito "paz" está, completamente, ausente de todas as suas intervenções relativamente à situação na Ucrânia, como infelizmente, relativamente a outras."

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que "tendo em conta que não nos reunimos antes do 1º de maio, queria, em nome da bancada da CDU, e espero que em nome da Câmara Municipal, saudar todos os trabalhadores do País, mas sobretudo, os trabalhadores do Concelho, os trabalhadores da Câmara da Moita, pelo excelente trabalho que fazem todos os dias e também exortar a que todos se possam manifestar por melhores condições de vida, por melhores ordenados, na grande manifestação que vai haver no 1º de maio em Lisboa, era só esta questão."

Sr. Presidente – Disse que "deixando aqui o momento quase que faria lembrar aqueles que existem na rádio e na televisão, que é a mensagem dos partidos A e B ou C, neste caso, num apelo à manifestação. É só deixar nota que antes do próximo dia um de maio, ainda vai haver uma Sessão da Assembleia Municipal, onde todos os partidos, se assim o desejarem, poderão trazer uma Moção, ou tomar posição relativamente ao 1º de Maio, claro que a Câmara Municipal não faz apelos nem a manifestações, nem a não haver manifestações, mas relativamente, ao resto, à defesa e ao apoio aos nossos trabalhadores, isso estamos cá todos os dias para trabalhar e reconhecê-lo."

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram a intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Ivo Pedço – Disse que “eu queria só relatar algumas coisas. Antes de mais, após ter conhecimento de uma publicação, nas redes sociais do PS, em relação à minha votação contra a proposta apresentada na semana passada, na reunião de Câmara de dia dezoito queria só fazer a minha Defesa da Honra e então passo a citar”.

Defesa da Honra

"Em reunião de Câmara de dia dezoito de Abril, o executivo minoritário PS que está na gestão da Câmara Municipal da Moita inseriu na Ordem do Dia, uma proposta dos horários e valores a cobrar de entrada nas piscinas municipais da Freguesia da Baixa da Banheira, para o verão de dois mil e vinte e três.

A mesma contemplava uma redução de idade, passando dos seis para os quatro anos na entrada gratuita. Sabendo que estamos em crise provocada pela inflação, pela carga fiscal recorde aplicada pelo Governo da maioria socialista e políticas da geringonça que levou à perda do poder de compra por parte das famílias, defendemos e sempre defenderemos as nossas crianças e famílias. Neste quadro deve-se diminuir as taxas de acesso para ajudar as famílias do nosso Concelho, como tal, sugerimos ao Sr. Presidente que tivesse a sensibilidade de alterar a idade de entrada gratuita dos quatro para os dez anos nas piscinas que são públicas pertencentes a todos os cidadãos do Município da Moita.

A nossa sugestão de alteração foi prontamente rejeitada, quer pelo executivo de minoria PS e pela CDU, e nós, obviamente, que somos fiéis às nossas convicções e a única aliança que temos é para com os cidadãos, assim, votámos contra. Não podemos aprovar uma medida que iria aumentar o custo de usufruto de um dos poucos equipamentos que servem a nossa população no verão e, sobretudo, para os que não podem usufruir de férias fora do nosso Município."

Disse, ainda que “além disto, gostaria de frisar que a democracia é isto, nós podemos votar a favor como podemos votar contra, não temos aliança com ninguém, a única aliança que eu tenho é com a minha mulher e respeito-a, de resto as alianças que dizem, nas redes sociais, não são em nada verdadeiras, uma vez que quando voto a favor do PS tenho uma aliança, segundo a CDU, ou pessoas da CDU ou que acompanham a CDU, com o PS, e quando voto contra uma proposta do PS tenho uma aliança com a CDU. Ora bem, eu tenho aliança, ou seja, nós (a minha equipa) temos aliança com os cidadãos da Moita e sempre votaremos contra as propostas que, pensamos, ou temos a certeza, que vão prejudicar os munícipes e/ou o Concelho da Moita, e votaremos a favor todas as propostas, que venham a esta Câmara que achamos que é para benefício dos munícipes da Moita.

Outros pontos que queria, também, realçar, eu tenho por hábito ir às assembleias de freguesia, não para ver os lindos olhos dos presidentes, mas sim para ouvir, e é a única maneira que tenho de ouvir os fregueses daquelas freguesias, e acompanho sempre que posso todas as freguesias, tanto via digital, via Facebook ou Youtube, como presencialmente. A semana passada estive na Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, onde vários fregueses fizeram intervenções e sempre, quase sempre, com a mesma atitude, ou com os mesmos problemas, nomeadamente, falta de limpeza das freguesias, também, foi mencionado pelos fregueses que moram junto das piscinas municipais, que os esgotos (penso que tem sido junto das piscinas municipais, que eles moram) estão mal ligados e a câmara sabe disso que os esgotos das águas residuais estão ligadas às águas pluviais e daí continuamos com o mesmo problema de esgotos a céu aberto. As descargas, e esta foi mencionada pelo Presidente da Junta que estava a almoçar, num restaurante, na freguesia e que começou a sentir um cheiro nauseabundo e foi verificar, tendo constatado que existem descargas constantes da estação elevatória da Vinha das Pedras, e claro que essas descargas irão todas para o rio, onde existe para além desta, outras situações que foram mencionadas naquela assembleia de freguesia e que foram muitas.

Queria frisar, aqui, uma que é esta das descargas e da promessa feita pelo executivo PS em resolver esta situação dos esgotos a céu aberto e queria, também, informar que, Senhor Presidente, se

apostarmos, como frisou na reunião passada, no turismo não podemos ter os esgotos a céu aberto a desaguar diretamente para o nosso rio.

Também queria perguntar ao Sr. Presidente, e esta é uma dúvida que eu tenho, nomeadamente, sei que a Câmara Municipal faz os passeios, e houve vários proprietários de terrenos que me perguntaram se a Câmara, já que não os faz podia fornecer as lajetas, ou as pedras da calçada para os próprios os fazerem e pagarem a alguém para os fazer.

Voltando, um pouco atrás porque me esqueci desta parte, a insegurança no Concelho, na Freguesia de Alhos Vedros e não só, mas em todo o lado, mas tem-se notado, principalmente, na Freguesia de Alhos Vedros em que as pessoas mencionaram muito esta insegurança constante que tem havido nessa Freguesia, portanto, gostaria de saber se a Câmara Municipal já tem conhecimento, porque foi-nos dito que já o tinha, e se o executivo fez alguma coisa perante as autoridades.

Para além disso, ontem, como de costume, fui fazer uma caminhada até ao Rosário e, também, senti um cheiro nauseabundo e mandei um mail, logo direto, para a Câmara Municipal a perguntar e a pedir a intervenção da Câmara e dos Serviços, por causa de umas salinas que estão com águas paradas e devem estar com a água contaminada, mandei fotografias, não vou imprimir, nem mostrar aqui, mas quem passou no local também detetou isso, portanto, agradecia que fosse feita a intervenção e punidas as pessoas que contaminaram a água.

Para finalizar, ontem tive conhecimento que o Escritor Bruno Vieira do Amaral, e queria dar-lhe os parabéns pelo seu livro intitulado "Segundo Coração" e também pela apresentação que fez no Barreiro, tenho pena que tendo o Município uma Biblioteca com o seu nome a apresentação não tenha sido feita no Concelho da Moita, e nessa Biblioteca e era só isso que queria frisar, mas também, queria dar os parabéns por este novo livro que escreveu."

Sr. Vereador Rui Garcia – Disse "Sr. Presidente, a questão que eu queria abordar tem a ver com a marcação e alteração das datas das reuniões, já o falámos, até de forma mais formal, com um documento escrito, na reunião privada que ocorreu na quarta-feira passada, mas volto a frisar aqui o assunto. É completamente contrário ao espírito e à letra da Lei a alteração sistemática das datas das reuniões que são determinadas, não são aconselhadas, não são sugeridas, são determinadas para deliberação do Órgão máximo do Município que é esta Câmara Municipal, na primeira reunião do ano e é a agenda dos eleitos, incluindo o Presidente, que deve sujeitar-se e adaptar-se às reuniões de Câmara e não o contrário. Isso é, completamente, uma visão adulterada, prepotente e errada daquilo que é a hierarquia dos órgãos municipais, de facto, o Órgão Câmara, ao qual o Sr. Presidente pertence, não é o seu Órgão Consultivo, não é um Conselho que reúne quando o Senhor entenda apropriado para lhe dar alguma coadjuvação, é um órgão soberano que determina a sua própria agenda em termos da Lei e deve ser cumprido, portanto, era bom que não voltasse a acontecer esta sistemática adulteração da deliberação municipal até porque, e chamo a atenção para isto, não falei na outra reunião, mas falo agora, a convocação ilegal de reuniões nos termos da Lei pode ter consequências para os atos que nela são deliberados, portanto, eu aconselhava a que não se corre-se esse risco."

Sr. Vereador João Romba – Disse que "eu não tenho pergunta nenhuma, tenho uma informação aos munícipes do Concelho porque os vereadores da CDU foram confrontados, no dia a seguir à reunião de Câmara privada que aconteceu nesta sala, no dia dezoito, com um comunicado do PS Moita, e já foi aqui referido, portanto, não queria, também, deixar de o referir, em que diz o seguinte e passo a citar:

"Os Vereadores da CDU em aliança com o Vereador Independente reprovam proposta na reunião de Câmara, de dia dezoito de abril de dois mil e vinte e três. O executivo socialista levou a deliberação uma proposta para aprovação de normas, funcionamento, utilização e preços das piscinas municipais do Parque da Zona Ribeirinha, na Baixa da Banheira. Uma proposta que permitia uma discriminação positiva das famílias e associações do nosso Concelho. Volto a referir, uma proposta que permitia uma discriminação positiva das famílias e associações do nosso Concelho e que, pela primeira vez, incluía o bilhete família, assim como a gratuidade de acesso a escolas, jardins de infância, creches e ATL'S

com sede no nosso Concelho, passando igualmente pelo acesso gratuito a crianças até os quatro anos de idade.

A mesma não mereceu o voto favorável da CDU, como já foi referido, e do Vereador Independente, mostrando, mais uma vez, que os outros interesses se sobrepõem aos interesses dos nossos munícipes."

Na proposta do ano passado, isto é uma proposta que, por se tratar de normas de funcionamento, tem que vir todos os anos a reunião de Câmara, na proposta do ano passado, no capítulo dos preços dizia o seguinte, e isto era uma proposta que vinha na sequência daquilo que era determinado, anualmente, desde dois mil e catorze, ou dois mil e quinze, se não me falha a memória, portanto:

- dos zero aos seis anos, acompanhado por adulto, o acesso à piscina era gratuito, tanto no dia inteiro, meio-dia ou aos sábados, dependente, também, dias de semana, sábados ou feriados, dos zero aos seis anos;
- dos sete aos treze anos, acompanhado por adulto, o valor tinha um determinado valor de dois euros e quarenta, o valor, aqui, não tem muita importância, tem, naturalmente, que é um valor para acesso;
- dos catorze aos sessenta e cinco anos tinha o valor máximo, sendo que a partir dos sessenta e cinco anos passava para metade do valor máximo;
- as escolas, os jardins-de infância, as creches, os ATL's, as IPSS's, com sede fiscal no Concelho, a partir dos sete anos tinha um valor de acesso, portanto, até aos sete anos, as escolas e todas as associações que aqui referi tinham acesso gratuito às piscinas;
- escolas, jardins-de-infância, creches, os ATL's e as IPSS's, com sede fora do Concelho da Moita, a partir dos sete anos, tinha também um valor determinado, mais caro daquilo que era, naturalmente, o das associações do Concelho;
- depois tinha espreguiçadeiras e tinha o bilhete família que era dois adultos mais duas crianças, por um valor determinado."

Na proposta que foi apresentada, este ano, à Câmara Municipal, a qual a CDU votou contra, dizia assim:

- "- dos zero aos quatro anos, acompanhado por um adulto, o acesso era gratuito;
- dos cinco aos doze anos, acompanhado por um adulto, tinha um valor determinado;
- dos treze aos sessenta e cinco anos tinha um valor máximo de acesso à piscina, os mais sessenta e cinco anos, também, tinha metade desse valor."

Portanto, as escolas, jardins-de-infância, creches e os ATL's, com sede fiscal no Concelho, tinham o acesso à piscina, de meio-dia, somente, temos que discutir se concordamos ou não, tinham acesso só a meio-dia, e tinha um valor determinado para todos as crianças que faziam parte das creches dos Jardins-de-Infância, das escolas e dos ATL's, portanto, as IPSS's saíram daqui para fora.

As escolas, os Jardins-de-Infância, as creches, ATL's com sede fiscal fora do Concelho, também, tinham um valor determinado, o dobro de que era acesso às escolas, naturalmente, do Concelho da Moita, as espreguiçadeiras, os guarda-sóis, o bilhete família, dois adultos, mais uma criança até aos doze anos e o bilhete de família com dois adultos mais duas crianças até aos doze anos, portanto, tinham valores determinados num pacote mais barato, naturalmente, que fosse bilhetes individuais de acesso às piscinas.

O que eu quero dizer com isto, isto foi uma tentativa falsa de juntar a CDU ao Chega, neste caso, o Vereador que foi eleito pelo Chega, agora independente, mas é uma tentativa falsa. Porquê? Porque a CDU foi contra o aumento dos preços de acesso à piscina, numa época que vivemos um aperto das contas financeiras da família, a CDU nunca poderia ser a favor do aumento, direto ou indireto, entendemos aquilo que entendemos, direto ou indireto de acesso à piscina municipal do Parque da Zona Ribeirinha da Baixa da Banheira e, portanto, era isso que eu queria referir relativamente àquilo que foi a posição da CDU sobre esta proposta e votará, sempre, contra toda e qualquer proposta que não sirva os interesses dos munícipes do Concelho da Moita."

61

Sr. Presidente – Disse que "houve aqui dois temas, um deixaria para o Sr. Vereador Antônio Carlos Pereira responder, que é o que diz respeito às piscinas, proposta que vem da divisão da qual tutela, porque poderá dar-vos uma informação mais sucinta relativamente a essa matéria.

No que diz respeito às questões colocadas sobre os esgotos em Alhos Vedros dizer, desde já, que ainda há pouco tempo fizemos um apanhado e demo-lo a conhecer, em reunião de Câmara ou da Assembleia Municipal, mas poderemos voltar a fazê-lo, ou seja, todas as ligações ilegais que foram identificadas foram resolvidas, ou os proprietários notificados para as resolver, e aplicadas as respetivas coimas e depois acompanhada a sua resolução. Todas as descargas ilegais que são feitas para o Rio, em incumprimento com aquilo que são as disposições legais, são encaminhadas para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e para a GNR do ambiente, ou seja, o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente), por isso, há pouco tempo, de madrugada fomos alertados por pessoas que passavam ao pé do campo de futebol do Moitense, perto da vala que passa nas imediações e a nossa Proteção Civil, juntamente com a nossa Fiscalização, identificou e foram levantados dois autos e já era de noite, por isso, seja de noite, seja de dia, se os nossos serviços forem alertados, o procedimento é sempre o mesmo, registar a ocorrência, levanta-se o auto e encaminha-se para as entidades competentes, neste caso, a APA e o SEPNA, por isso, não haja dúvidas relativamente a essa matéria e sobre a forma como nós estamos a atuar.

Pode, porventura, haver uma situação ou outra, ainda, na Bela Rosa que não esteja identificada e não o estando, peço que seja assinalada e que as pessoas que se queixaram que digam, efetivamente, onde é que a mesma se localiza para que se agilize o mesmo procedimento que tiveram as outras todas. Agora, existe ali, fruto de anos de depósito de lamas contaminadas, na parte mais baixa da Caldeira, um conjunto de lamas que estão ali depositadas e que temos que começar a pensar como é que as tiramos de lá porque a questão das descargas, ou do encaminhamento irregular do que deveria ser para a rede de esgotos ser para a rede pluvial já não acontece, arrisco-me a dizer, ou não acontece, ou acontece muito pontualmente e não estamos aqui a identificar e não está identificado, mas se nos ajudarem a identificar quais são as zonas, vamos de imediato proceder a essa correção.

Havia também uma vala, que seguia e que passava por baixo da passagem superior, que não sabemos se houve modelação ou não de terreno por parte do proprietário, estamos a tentar perceber se nas cartas militares existe essa vala identificada e se estiver identificada o proprietário é obrigado a repor a vala que, antigamente, existia e assim será mais fácil tratar e resolver o problema das lamas. Se assim não for, vamos ter que arranjar outra solução e é isso que, neste momento, está a ser alvo de debate e que está a ser tratado junto da APA, é como restabelecer, então, essa vala real, atribuindo à função que antigamente tinha e existia, para encaminhamento das águas.

Essa é uma questão, a Vila Rosa, e daqui peço se houver alguma coisa que identifiquem, digam que é para ser rapidamente tratado, e não me importo de trazer para a próxima sessão da Assembleia Municipal, identificadas as intervenções entretanto feitas, porque é um trabalho permanente e algo que foi compromissado entre nós e a APA porque a APA estava a levantar autos à Câmara Municipal, quase numa base mensal e o nosso compromisso perante a APA foi, este é um problema de anos que nós queremos resolver, não vamos resolver todos numa semana, nem num mês, há o compromisso que iremos resolvendo ao longo do tempo e para isso tínhamos que criar e ter evidências, e é essas evidências que fomos enviando para a APA, temo-las do nosso lado, podemos dar a conhecer, portanto, essa é uma questão.

O que já é mais difícil tratar ou resolver é a estação elevatória da SIMARSUL, porque é uma entidade externa, é uma entidade que, efetivamente, isso que retrata acontece e o que é que é feito a nossa parte? Levantar questões, e neste caso, tomar posição junto da SIMARSUL e ao mesmo tempo, reportar para a APA, para que a APA possa desenvolver os seus procedimentos e aplicar as devidas coimas, e é esse trabalho que nós estamos a fazer e, também, pressão junto da SIMARSUL, para resolver o problema da estação elevatória, de uma vez por todas porque há muito que o mesmo já devia estar resolvido, não está, e este é o cenário que temos, da nossa parte vamos continuar a fazer pressão.

Sobre a questão das salinas, não tenho conhecimento daquilo que está a dizer, peço que depois identifique qual é o local em que diz que as águas estão paradas para nós podermos perceber ao que

se está a referir mais em concreto, para irmos ao local, e o procedimento é sempre o mesmo de ver o que é que está a passar.

Relativamente à segurança, não tenho informação que tenham acrescido focos de insegurança, mas estaremos atentos e mais uma vez se nos quiser fazer chegar casos concretos, via e-mail, vamos tentar ver junto das autoridades, se a eles, lhes chegou algum acréscimo de queixas.

Depois, relativamente àquilo que foi dito sobre a convocação ilegal das reuniões, é possível alterar as datas das reuniões e isso está presente no Decreto-Lei nº75/2013, é do conhecimento geral, foi explicado, os Srs. Vereadores da CDU quiseram tomar posição e eu recordei, relativamente, aos perigos da convocação ilegal de reuniões, o que não era correto e não era legal, era convocar reuniões em que as propostas não cumpriam os prazos. Agora, aos dias de hoje, se alguma proposta, algum documento para apreciação, não cumprir os prazos, o que nós fazemos é colocar à consideração dos Srs. Vereadores se aceitam discutir essa mesma proposta, esse mesmo documento e caso não o aceitem ele fica para a reunião subsequente, ou seja, é agendado para a reunião seguinte, isso é o que é feito, agora, falar-se de convocação ilegal das reuniões, isso teríamos quatro anos do mandato anterior para falar, bem como, lembro-me, está gravado para quem quer ouvir, que não há, e isso foi uma questão que nós nunca levantámos porque por uma questão de responsabilidade, digamos assim, para com os munícipes, para com os cidadãos, não há aceitação tácita da Minuta da Ata, ou seja, o que Sr. Presidente, no anterior executivo, fazia era, no final das reuniões, obrigava todos os Vereadores a assinarem uma folha de presenças, e essa assinatura, no seu entender, consubstanciava uma aceitação tácita, da Minuta da Ata, para que as deliberações tidas em reunião pudessem ter efeitos imediatos. Devo lembrar que, após a leitura, uma e outra vez, do Decreto-Lei nº75/2013 e do CPA, não existem aceitações tácitas das Minutas da Ata, por isso, estas têm que ser colocadas à votação.

Por isso, sobre a maneira como os Srs. conduziam os trabalhos muito haveria por dizer, mas, como nós nunca quisemos ser força de bloqueio e como tínhamos consciência de que levantar uma questão ou outra colocaria em causa, mais que colocar em causa quem estava no exercício de funções, colocava em causa o interesse público da população, nunca suscitámos nem um assunto, nem outro junto das entidades competentes, suscitámos outros temas, outras problemáticas, mas esses dois nunca o fizemos porque tínhamos plena consciência do que isso iria implicar. Dizer-lhe que, pessoalmente, deixei de assinar as folhas de presenças porque todos sabiam que eu lá estava, eu votava as atas, o meu nome aparecia inscrito nas atas, mas pronto, vamos aqui declarar que nada tenho a obstar sobre a forma como se fazia anteriormente, e face ao exposto vamos prosseguir com os nossos trabalhos, mas se alguém quisesse levantar alguma questão sobre como, anteriormente, se conduziam os trabalhos, muito haveria por dizer, mas eu acho que nem há interesse, nem nosso porque isso iria ter impacto, não em quem já geriu, mas sim na população e, na realidade, isso também já passou.

Sr. Vereador António Carlos Pereira – Disse que "relativamente à proposta que trouxemos, na última reunião de Câmara, intitulada "Aprovação de horários e normas de funcionamento, acesso, utilização e preços das piscinas municipais do Parque da Zona Ribeirinha da Baixa da Banheira", esta foi uma proposta que não foi aprovada, com os votos contra, da bancada da CDU e do Sr. Vereador Independente, e apresentaram as suas razões e colocaram os fundamentos. Não colocaram foi, exatamente, aquilo porque é que nós colocámos esta proposta, identificámos este grupo etário e esta proposta que trazíamos.

É que com esta proposta que trouxemos, ela pretendeu regularizar aquilo que era uma inconformidade com os próprios Regulamentos daquele equipamento, portanto, o que foi identificado, isto é uma proposta da equipa técnica, da Divisão de Desporto e Juventude, que perante uma irregularidade, uma inconformidade àquilo que eram os Regulamentos fez a sua proposta e, portanto, esta é a inconformidade, o pagamento a partir dos cinco anos foi proposto, essencialmente, para regular o acesso dos ATL's, creches, jardins-de-infância e escolas. Cada uma destas instituições pode reservar entrada, a vinte crianças, duas vezes por semana, contudo tem-se verificado que devido à gratuidade até aos seis anos, as educadoras e auxiliares utilizam esta gratuidade para entrar com crianças que excedem quantidade definida por cada grupo, subvertendo as normas em vigor, portanto, o que



estamos aqui a colocar não é se é aos seis anos, se é aos dez anos, como vinham as propostas da gratuidade. Nós o quisemos foi regular aquilo que era uma inconformidade à utilização e comprometia o funcionamento, também, por outras crianças de outros ATL's, de outras creches, de outros jardins-de-infância.

Esta forma desregulada que se estava a verificar e, portanto, tínhamos que ter uma atuação perante uma inconformidade porque, com esta medida, o que se pretende é assegurar a igualdade entre as instituições e pretende-se desincentivar este tipo de práticas. Entretanto, também, foi feita a proposta do bilhete família que não existia e passou a haver, e este bilhete família dá acesso privilegiado às crianças que, efetivamente, vêm em família, com preços simbólicos que vão dos trinta cêntimos a um euro e vinte, portanto, a questão, de facto, é que estava a ser desviado, não estava em cumprimento aquilo que é um Regulamento e, perante tal situação, foi necessário rever este próprio funcionamento e regulá-lo, havia uma inconformidade à utilização, sobretudo, por este grupo, nestas idades e, portanto, que se aqui pretende é de forma mais regulada possível contribuir para o bom funcionamento, para o bem-estar, para a garantia que aquelas crianças que ali estão e todas podem usufruir sem subverter as regras e aquilo que é as normas numa utilização e funcionamento do equipamento que é umas piscinas municipais, porque estávamos em contraciclo, se nós temos estado a apresentar aqui uma e outra vez medidas de apoio à família, sejam elas na escola a tempo inteiro, sejam elas de outras formas, como aconteceu hoje com a descentralização de competências na ação social, em que estamos a fazer com as instituições locais, acordos e a celebrar acordos para o acompanhamento às famílias, agora, neste momento, estamos aqui a fazer medidas que contrariam aquilo que é a nossa visão e aquilo que é a nossa prática e o apoio efetivo à família.

Não esquecemos e não deixamos de conhecer as famílias que estão no território, sabemos que, infelizmente, em cada cem ativos, dez são beneficiários de prestações sociais, portanto, temos em consideração tudo isso, temos muita atenção e especial atenção no acompanhamento que fazemos e na forma como apoiamos, não podemos é permitir inconformidades e tentamos contrariar estas práticas que não são benéficas para uma utilização salutar e saudável de um equipamento que é público e que nós também temos que preservar as normas de funcionamento, assim como, vai acontecer com os apoios à família que trazemos, agora, uma proposta, que vem a esta reunião de Câmara e que vai apoiar trezentas e vinte crianças e, também, está nesse próprio Regulamento de funcionamento das trezentas e vinte crianças, vamos ter em atenção reduzir os valores quando são dois irmãos, temos aqui nesta mesma proposta, uma percentagem daquele conjunto de crianças que irão ser apoiadas e que estarão em sede daquilo que é a gratuidade, para um acompanhamento específico por entidades públicas que acompanham crianças com necessidades, também, elas próprias terem uma atenção especial, portanto, não podia estar em contraciclo com aquilo que é as propostas que trazemos, que é de apoio às famílias.

Agora, esta é a questão que é essencial, não podemos pactuar, nem podemos nos permitir a ver as coisas não funcionarem, portanto, seria muito fácil nós chegarmos aqui e dizer que, pode ser até aos dez anos, pode ser até aos doze anos e pode ser gratuito ou não, nós temos muito, e foi apresentado nesta reunião, quem quis ouvir também ouviu quem não quis calhar não ouviu, as instituições de solidariedade social, que são sediadas no Concelho, podem sempre requerer isenção das taxas que lhes são atribuídas até ao máximo de vinte crianças, portanto, as IPSS's e todas estas instituições com quem nós trabalhamos, com quem nós celebramos protocolos e acordos para o acompanhamento às famílias, todas estas entidades conhecem muito bem, e nós também as conhecemos muito bem e sabemos o trabalho que fazem, não podemos é permitir que outras, às vezes, que possam subverter aquilo que é as próprias propostas que temos e os Regulamentos e, por isso é que há normas e Regulamentos e os trouxemos, portanto, temos aqui alternativas, estamos a falar quando há o bilhete família que vai até trinta cêntimos, preços mais simbólicos, há bilhetes que não existiam antes e passaram a haver, portanto, estamos a dar alternativas para dias inteiros, para meios dias, para um funcionamento, para isenção para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, e esta é a questão principal."

Sr. Presidente – Disse que “em relação à temática do Regulamento das piscinas, penso que ficámos, pelo menos eu fiquei, desde logo, esclarecido relativamente ao objeto que se estava a tentar fazer, o Sr. Vereador João Romba não disse, mas estava previsto, também antigamente, o alargamento, ou seja, o Regulamento trazido pelo PS previa um agregado, ou seja, dois adultos e uma criança e agora passaria a prever, também, dois adultos e duas crianças, e acho que isso era também muito importante, e, também, já é algo mais do que aquilo que era feito e daí o alargamento no apoio que é feito às famílias, a diferenciação positiva acho que é muito importante e depois também é necessário fazer, e tomar em conta, tudo aquilo que o Sr. Vereador, aqui, acaba de dizer.

Compreendo que possa haver uma perceção diferente por parte dos Srs., mas se formos a falar relativamente a idades, cada um pode ter intervalos etários, a cada uma das entradas gratuitas ou não, vamos acabar com aqueles debates que é feito em diferentes entidades, vejamos em Lisboa a gratuidade do passe é uma, ou seja, no Município de Lisboa é uma, no resto da AML é outra, o que estamos a tentar normalizar, e tem que haver sempre uma fundamentação técnica do porquê é que tomaram certas e determinadas opções, as fundamentações técnicas, elas existem foram aqui apresentadas, podemos gostar delas ou não. Depois há um conjunto opções políticas que podemos tomar, e relativamente àquilo que é a informação técnica que tivemos e, neste caso, a proposta é nos apresentada e devidamente enquadrada em função daquilo que são as questões de ordem técnica que nos foram apresentadas.”

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que “sobre essa proposta, penso que o meu camarada Rui Garcia irá falar e, portanto, só faço um apontamento no final, a minha questão é, tendo em conta as marcações da reunião e o formalismo que o Sr. Presidente já aqui hoje referiu, a bancada da CDU mandou no dia 19/04 uma Saudação e um Voto de Pesar para serem incluídos na Ordem de Trabalhos, foi-nos respondido pelo Sr. Chefe de Gabinete que iria seguir para os devidos serviços, no entanto, não foi distribuída, mas, foi distribuída a do PS, de manhã, portanto, gostava de saber porque é que não foi distribuído o Voto de Pesar e a Saudação da CDU, tendo em conta que cumprimos todos os prazos com os quais não estamos de acordo, porque não há nada no Regimento desta Câmara, que não diga que um Voto de Pesar e uma Saudação não possa ser apresentada no próprio dia, ainda assim, nós cumprimos o tempo e, portanto, gostaríamos de saber porque é que não foi posto na Ordem de Trabalhos.

Por fim, dizer que do Governo PS já ouvi tudo sobre os professores, que são uns malandros, que não trabalham, que querem mais dinheiro que os outros, agora ouvir de um Vereador do PS que as educadoras deste Concelho são vigaristas, fica a nota para as minhas colegas e eu, também, sou educadora e, também, me senti, Sr. Vereador.”

Sr. Presidente – Disse que “vou só fazer um ponto da ordem à mesa, e aos Srs. Vereadores, sejam os que estão à minha esquerda ou à minha direita, independentemente, das forças políticas que representam, só para deixar claro que, em momento algum, ouvi o Sr. Vereador António Carlos Pereira utilizar a palavra “vigarista”, agora a palavra “vigarista” fica na boca da Sra. Vereadora Vivina e eu já ouvi dizerem, da parte da CDU, coisas muito piores, não, relativamente, às educadoras, mas, aos trabalhadores deste Concelho, por parte de responsáveis da CDU, e tendo depois no ato de se desmentir, reafirmar tudo aquilo que disse que ficou presente numa Assembleia Municipal, desdizendo aquilo que eu tinha dito, reconfirmou tudo aquilo que eu disse, e o que foi engraçado que depois isso mesmo pode ser demonstrado.”

Sr. Vereador Rui Garcia – Disse que “sobre a proposta das normas e do relatório das piscinas, há algumas coisas que importa deixar claro. Primeiro, ficou manifesto o incómodo da menor minoria, ou menor maioria de sempre, como quiserem chamar, de ter uma proposta rejeitada pela maioria, é porque as coisas são o que são, os votos deram o resultado que deram, o partido mais votado tem, no entanto, uma minoria dos mandatos neste Município e neste Órgão e, por isso, ter uma proposta rejeitada é algo perfeitamente normal, só não é normal este tão grande incómodo com tal facto, eu

4

digo, mas isto agora já é uma opinião pessoal, que estão mal habituados, mas pronto, espero que aconteça mais vezes.

Depois, em relação à proposta em si, há uma outra questão que deve ser bem clara, os fundamentos técnicos são o que são, são uma informação, base, necessária para tomar boas decisões, mas as decisões são dos políticos, é que as decisões são nossas, são mesmo, e há coisas, então, que são intransmissíveis a decisão, e no que diz respeito a preços, a questão fiscal, a questão de preços, a questão de tarifas, essa é a função dos políticos, intransmissível, indelegável, não há suporte técnico que possa, ou que deva retirar essa competência que é nossa e é para isso que cá estamos, senão, não era preciso cá estarmos, havia técnicos para resolver tudo, como há técnicos para tudo, e não era preciso políticos para coisa nenhuma, portanto, há questões que são mesmo políticas e esta é uma questão, eminentemente, política.

O Sr. Vereador aduziu, hoje, um conjunto de argumentos, um bocadinho confusos e já explico porquê, mas, aduziu, hoje, argumentos que não tinha utilizado na passada reunião, são confusos porque vem alegar uma inconformidade, mas Sr. Vereador, inconformidade é uma norma que contraria um Regulamento, uma violação que um particular faz de uma determinada norma não é uma inconformidade, é isso mesmo, é uma violação, é um incumprimento, inconformidade é outra coisa, é uma palavra que se aplica a outra natureza, portanto, não se trata aqui de inconformidades, diz o Sr. que existem pessoas e disse aqui e, portanto, daí a palavra, que a minha camarada utilizou, o Sr. não utilizou a palavra, mas, utilizou o conceito "pessoas que enganam a Câmara" fazendo entrar meninos que não estavam abrangidos pela norma. Só há uma solução para isso é fiscalizar melhor, não é reduzir a norma, não é reduzir o direito, que é a resposta que os Srs. têm para esse alegado incumprimento, é reduzir o direito, portanto, e nós estamos contra que haja essa redução do direito, seja qual for o argumento técnico, a questão aqui é tão simples quanto isso, aliás, ainda há outra questão, todas as normas benéficas que estavam, que já vem de trás, que estão desde o início daquela piscina com gestão municipal, e têm sofrido ajustes, os Srs., também, fizeram alguns ajustes aos quais nós não nos opusemos, mas, a questão à qual nos opusemos, opomos e oporemos é que não há nenhuma justificação, boa, do nosso ponto de vista, para se reduzir um direito, e este direito, esta gratuidade que era até aos seis anos, e que os Srs. pretendem colocar nos quatro, sem nenhum fundamento que no nosso ponto de vista, seja justificado, e é isso que estamos contra, tão só e simplesmente isto, porque o resto e aquele comunicado do PS, também, não é coisa que surpreenda ninguém, acho eu, mas é enganador, é deliberadamente falseador e tem o objetivo deliberado de levar ao engano a quem lê."

Sra. Vereadora Sara Silva – Disse que "fazer um esclarecimento a quem nos colocou algumas questões, nomeadamente, o Sr. Vereador Ivo Pedação, que coloca uma série de questões que foram levantadas na Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, e que algumas, o Sr. Presidente já deu nota e já esclareceu, outras não referiu.

Vou, então, passar a dar nota e esclarecimento sobre as mesmas, nomeadamente, a falta de limpeza das ruas, parece-me que se está a referir à questão das ervas, então dizer que quanto à limpeza das ruas, de facto, houve um constrangimento, que já passo referir, a nível da recolha de resíduos sólidos urbanos, que fazem sete circuitos de segunda a sábado, não há qualquer constrangimento, portanto, pode haver uma deposição maior num determinado dia, mas temos cumprido todos os circuitos. Depois, em relação à recolha de monos e verdes, estão a ser feitos três circuitos, com uma contratação extra para esta recolha que nos pareceu que depois houve aqui, e uma vez que está a terminar o concurso por um ano, só para monos e está a terminar, portanto, entre esta mediação que terminava e o término do outro concurso, resolvemos fazer um extra para recolha de monos, e penso que, embora, nós possamos recolher os monos dentro do prazo previsto, e termos um circuito regular e que não tem falhas, se as pessoas não conseguirem cumprir com o depositar dos monos, precisamente, nos dias em que são recolhidos, obviamente, que nós de sexta até segunda, iremos ter sempre monos na rua, independentemente, de cumprimos ou não com a recolha regular, obviamente, que as pessoas, também, neste aspeto têm que dar uma colaboração, têm que ser parceiras neste assunto da limpeza,

portanto, é isso que nós pedimos, e deixo aqui o apelo a que todos possamos contribuir para que nós tenhamos ruas limpas, porque se, de facto, se cada um de nós não fizer a sua parte, com certeza, que iremos ter, sempre, problemas e o resultado disso é que, também, os nossos trabalhadores referem que muitas das vezes acabam uma rua e quando vou dar a volta para depositarem os resíduos no espaço em que tem que depositar, depois da recolha, encontram sempre mais resíduos que são depositados, precisamente, na hora, e isso é o que é, e nós vamos tentar colmatar com esta nova aquisição de serviços externos, precisamente, para darmos uma ajuda nesta questão.

Quanto ao corte de ervas em passeios e a aplicação de herbicida está a ser feito em todo Concelho, obviamente, que estamos condicionados à contratação, que estamos a fazer e que está em fase final, porque houve uma pronúncia de outra das empresas, duas empresas que, também, estavam a concorrer e nós tínhamos de certa forma, a empresa que concorreu, tínhamos que assegurar ali uma série de questões que não estava definido, que eles não definiram, portanto, isso demorou um bocadinho mais tempo e contamos no próximo mês de maio estar já na rua, e com isto, obviamente, acudirmos àquilo que é um crescimento anormal e que nós não conseguimos, neste momento, ainda controlar, precisamente pela falta de mão-de-obra, apesar de, os nossos trabalhadores estarem, de facto, no terreno no corte de erva dos passeios e na aplicação de herbicida. Dizer, ainda que, e para nos ajudar nisto, fizemos um concurso para trinta e quatro operacionais, e na passada semana aprovámos mais um concurso para trinta e um trabalhadores, portanto, aqui também, a nossa preocupação, de uma vez por todas, conseguirmos controlar isto e, de facto, a preocupação é grande, não vamos mentir, e a questão da deservagem é uma questão que se está a arrastar, mas, estamos cientes de que ela é real mas, também, estamos cientes que estamos a trabalhar para que isto fique resolvido no menor curto espaço de tempo possível.

O Sr. Vereador Ivo falou, também, na questão da insegurança em Alhos Vedros, que eu acabei por não perceber, até porque não temos qualquer comunicação, das forças de segurança, em relação de que há insegurança. A insegurança é o que tem havido, não há quaisquer factos adicionais que permitam concluir que temos insegurança, portanto o último caso, que saiu até na comunicação social, foi um assalto a uma residência, uma moradia, fizeram de um jovem, o refém, mas que prontamente a GNR foi chamada e que, de facto, conseguiu capturar o assaltante e está a seguir os trâmites legais, portanto, não temos qualquer outro conhecimento, pelo menos, que tenham vindo aos nossos serviços. Dizer, também, ao Sr. Vereador que não se preocupe porque o escritor Bruno Vieira do Amaral é muito bem tratado nos nossos serviços, prova disso é que nós propusemos mudar o nome da Biblioteca do Vale da Amoreira para o nome do autor e escritor, precisamente, porque achamos que foi o reconhecimento, e que sendo uma pessoa do Concelho, fazia todo o sentido. Nessa altura foi, também, apresentado um livro deste escritor e está previsto, para junho, o autor vir à Biblioteca, com o seu nome, numa iniciativa incluída nas comemorações da Biblioteca de Bruno Vieira do Amaral, prova é que nós também reconhecemos o mérito deste escritor."

Sr. Presidente – Disse que "antes de passar a palavra ao Sr. Vereador António Pereira e só para clarificar ainda a temática das reuniões, convido a verificar a subsecção II "Funcionamento", do artigo 40.º "Periodicidade das reuniões" no seu n.º 4, que diz que qualquer alteração à hora ou deliberação previsto n.º2, devem ser devidamente justificadas, e são devidamente justificadas, e são devidamente comunicadas a todos os membros do órgão com, pelo menos, três dias de antecedência e por protocolo, ou seja, tudo isto é feito, tudo isto é cumprido. Por isso, dito isto, estranho as sucessivas questões, relativamente, a essa matéria, mas, mais uma vez sugiro, então, a leitura deste Decreto-Lei e a análise global do mesmo.

Relativamente a não terem sido devidamente enviados os documentos, juntamente com as demais propostas, vou perguntar o porquê de não ter acontecido, mas estão cá hoje e vou tomar nota disso mesmo. "

O Sr. Vereador António Carlos Pereira solicitou a apresentação da sua Defesa da Honra, passando a citar".

4

Defesa da Honra

"Aquilo que apresento, é que não se devem tirar do contexto aquilo que são as palavras que foram proferidas por mim, e elas foram tiradas do contexto e mostrou-se aqui, depois aquilo que era, generalizou-se a atuação do Partido Socialista relativamente aos professores e às outras profissionais que aqui foram apresentadas, portanto, acho que isso está aqui fora de contexto, relativamente àquilo que eu aqui indiquei, e relativamente a isso, devo dizer que o que está aqui é, cada uma das instituições pode reservar entrada a vinte crianças duas vezes por semana, contudo, tem-se verificado que devido à gratuidade até aos seis anos, e essa é a questão, estas profissionais, algumas, podem utilizar gratuidade para entrar com crianças que excedam a quantidade definida por cada grupo, subvertendo as normas em vigor, portanto, o que queremos, aqui, é desincentivar estas práticas, e quem faz e subverte as práticas está a subverter, portanto, podemos até dizer depois outras coisas, criar aqui outras narrativas, esta é a questão, se é uma violação, se é uma inconformidade, é algo que queremos é combater, depois a semântica, isso deixo para o Direito e para a área jurídica, há uma inconformidade, há uma violação, há um incumprimento daquilo que são as normas de funcionamento do equipamento público, e que devemos todos prestar contas sobre um equipamento público, e que devemos ter em atenção até para melhorar aquilo que são as condições daquele equipamento, e oferecer àquele outras condições que lá estão e que não tinham, há espreguiçadeiras, há guarda-sóis, portanto, nós estamos a funcionar e temos de ter aqui umas normas, temos que ter em atenção aquilo que é o funcionamento do bem comum, de um bem público, a coisa pública, essa é que é a questão, agora tirar de contexto, palavras, porque é outros profissionais, Sra. Vereadora, eu tenho estado em todos os Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escola. Não há uma inconsideração, já fui abordado e perguntaram a minha posição relativamente a esta luta e a esta reivindicação por parte destes profissionais, e eu já dei a minha opinião e vou dando quando for preciso, portanto, não só pode subverter aquilo que depois é generalizar e todos estamos no mesmo, por isso, devemos estar aqui muito cientes, não vale tudo, nós estamos a falar de algo que temos que regular e é uma proposta técnica. Efetivamente, lembrou-nos aqui, o Sr. Vereador Rui Garcia, nós somos políticos, sim somos políticos, mas temos umas equipas técnicas que estão no trabalho direto e desenvolvem a sua atividade, portanto, também são funcionários públicos e não podem estar para pactuar com ilegalidades, inconformidades, violações, não podem, portanto, por isso é que nós trouxemos exatamente a questão da forma como a colocámos. Não temos nenhum incómodo de vir, aqui, discutir propostas, não há incómodo nenhum, se fizer uma apreciação do que foi a proposta à reunião de Câmara, anterior, eu próprio coloquei a questão que era, foi uma proposta que foi discutida, foi falada, e que trazíamos, aqui, até outras propostas dentro daquilo que é o preçário, daquilo que são as normas, portanto, a esse nível estive, como eu estive, na reunião de dia 18 e, portanto, nós até não temos nenhuma questão relativamente àquilo que é o incómodo de uma proposta que foi trazida, e que passadas centenas delas, agora não foi aprovada esta, portanto, estamos aqui, estamos para a nossa prática e aquilo que é a nossa missão e o nosso objetivo é proporcionar melhores condições, a pessoas, a grupos, a comunidades, no nosso Concelho, portanto, é para o que cá estamos, portanto, agora não podemos é pactuar com estas inconformidades, violações, práticas nefastas e temos que as combater, portanto, relativamente a isso, ficava-me por aqui."

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse "Sr. Presidente, disse que eu é que utilizei a palavra "vigarista", sim, eu é que utilizei a palavra "vigarista" porque a palavra tem um significado, e é tão fácil como ir ao google, que diz: «diz-se de um indivíduo que visa enganar outros por meios ardilosos ou de má-fé.» e aquilo que o Sr. Vereador, aqui, disse foi que as educadoras faziam passar meninos a mais do que a conta. Isto é dizer que as senhoras educadoras estavam a fazer uma vigarice, eu é que utilizei a palavra vigarice, não pus nenhuma palavra na boca do Sr. Vereador.

O Sr. Vereador disse aquilo que é o significado de vigarice, e eu disse que o senhor Ihes chamou vigaristas porque disse, exatamente, aquilo que era o conteúdo da palavra "vigarista" e eu continuo a dizer que ainda está para perceber, o meu camarada Rui Garcia já o disse, qual é a inconformidade

que havia? O Sr., ainda, não a conseguiu explicar, aliás, o Sr. «rola, rola, rola» e não consegue responder a uma pergunta diretamente. Qual é a inconformidade que havia?"

Sr. Presidente - Disse "Sra. Vereadora, agora poderia ser eu a dizer que poderia aqui a haver, hipoteticamente, nas suas palavras, e digo hipoteticamente, um enviesamento, um caminho daquilo que é a utilização daquilo que o Sr. Vereador disse, interpretando como sendo de má fé ou ardiloso, mas como eu não o vou fazer e recuso-me a fazê-lo, vou passar a palavra ao Sr. Vereador Ivo Pedação, porque eu, por norma, não extraio mais das palavras das pessoas do que aquilo que são as suas próprias intervenções, e as suas próprias intervenções dizem, muitas vezes, mais sobre aquilo que são as intencionalidades dos próprios, do que aquilo que eles próprios gostariam de fazer crer, e vê-se aquilo que tem sido o comportamento da CDU, ao longo deste mandato, e tanto bem, como do mandato anterior, continuamos aqui a resolver as situações que vamos encontrando, e digo isto, com muito boa-fé."

Sr. Vereador Ivo Pedação - Disse que "queria agradecer os esclarecimentos às questões que coloquei, mas faltou uma, nomeadamente, o fornecimento das lajetas aos proprietários para poderem fazer os passeios, e queria só, aqui, também, respondendo à Sra. Vereadora Sara Silva, o que a população diz não é bem assim, a recolha de monos, existem pessoas que dizem que os monos estão lá há mais de um mês, e vendo isso, até a própria União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, fez um "post", que passado um dia removeu, a mencionar isso mesmo, que as pessoas estavam descontentes por causa da falta de recolha dos monos na sua freguesia, e foi na própria página oficial do Facebook da Junta de Freguesia que isso foi mencionado.

Em relação à insegurança, quando falei com as pessoas que mencionaram isso, na Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros, eles dizem que assaltos é uma constante, para além desta que foi a pior, que foi fazerem de uma criança refém, não tenho palavras para descrever tal crime, mas também dizem que é uma constante os assaltos a quintais, vidros partidos, muitos *carjacking* também, muitas coisas que nos foram mencionadas ali. Além da Freguesia de Alhos Vedros também já se ouviu isso na Freguesia da Moita, nomeadamente, no Chão Duro, onde foi uma loja de uns idosos assaltada e limparam tudo, em pleno dia, por isso, eu peço à Câmara Municipal que faça um pedido às autoridades locais, tanto à PSP como à GNR, para haver um patrulhamento mais célere nas ruas, não é nos centros das freguesias, mas sim na periferia. A freguesia de Alhos Vedros é extensa, tem até à Barra Cheia e também a freguesia da Moita e da Baixa da Banheira, por exemplo, a freguesia da Moita tem o Chão Duro, têm, também, o Penteado que estão um pouco fora do centro de Freguesia.

Solicitava para que a Sra. Vice-presidente pudesse contactar, então, as autoridades locais e referir esta situação do patrulhamento."

Sr. Presidente - Disse "Sr. Vereador tomamos em boa nota os reparos que acaba de fazer, importa saber é se quando acontecem essas situações as pessoas apresentam queixa porque é muito importante que as pessoas a apresentem junto das autoridades, porque sem números, ou seja, sem que exista esse registo, às vezes, torna-se difícil para o Comandante do Posto, até mesmo o Comandante Distrital fazer ver, junto da tutela, a necessidade de meios a nível local. Eu sei que as pessoas, às vezes, retraem-se e pensam que não vale a pena fazer queixa, seja pelo trabalho que dá, e que dará, com toda a parte procedimental e burocrática face ao bem que foi subtraído, mas é muito importante que as pessoas apresentem queixa para que haja registo e para que estatisticamente isso apareça, para que, caso se justifique, então possamos fazer um forcing a alertar para a necessidade de mais meios, coisa que, independentemente daquilo que é agora registado, nós temos vindo, consecutivamente, a solicitar cada vez mais meios, e sem nada que haja de especial. No outro dia estava a circular, na Moita, a pé, e estava, também, a ver patrulhamento a pé da GNR e espero que o mesmo aconteça em outros pontos do Concelho, seja da GNR, seja da PSP, mas não deixaremos de dar nota dessa mesma situação.

6

Relativamente à questão que colocou, das lajetas, o que existia era que, antigamente, as pessoas deslocavam-se à Socorquex e pediam lajetas, indicavam mais ou menos qual era a metragem que precisavam, e era-lhes fornecida essa quantidade de lajetas. O que fizemos foi pedir que exista um Regulamento, uma Minuta ou um Procedimento para a atribuição desse mesmo bem público, que são as lajetas, porque estamos a fornecer um bem que é da Câmara a um particular, sem documentos que o sustentem, sem Regulamento, sem nada que sustente essa doação de material que é da Câmara.

Você refere uma prática que acontecia no passado que era, a pessoa chegava à Câmara, pedia lajetas para fazer um passeio, alegadamente, e digo alegadamente porque nunca aprofundei e porque achei que o que devíamos fazer era alterar o Regulamento e não aprofundar como se fazia no passado, efetivamente, ir a certos locais e dizer assim, "Olhe, o meu vizinho pediu as lajetas, mas estão no quintal, ainda não as colocou", portanto, o que temos que fazer e penso que é aqui que o devemos trazer, é um procedimento em que, para certas situações, fique claro, para todos, que existe um projeto de passeio para normalizar os nossos passeios, não pode ser uns fazerem os passeios de uma forma e outros de outra, ou seja, a pessoa pede o material, se todos concordarmos, fazemos esse procedimento que está aqui a ter início, para depois ser apreciado, cedemos as lajetas à pessoa, depois vai-se ao local verificar se o material, que cedemos, efetivamente, foi colocado no sítio.

Isto para situações específicas e particulares, ou seja, normalizando aquilo que no passado acontecia, como outras coisas que aconteciam, no passado, e que não estavam devidamente sustentadas e que temos vindo a regularizar, ou seja, clarificando, trazendo para regulamentos, trazendo para aquilo que é o normal funcionamento de uma autarquia, tornando tudo muito mais transparente, muito mais visível e escrutinável aos olhos de todos, porque assim ficará o registo de quem recebeu as lajetas, com que finalidade, dentro de quanto tempo é que se comprometeu a executar o trabalho e que trabalho é que tinha que executar com essas mesmas lajetas. O que não é normal, é chegar à Câmara, pedir lajetas ou outro tipo de material porque vai executar os passeios e depois não se faz qualquer tipo de acompanhamento, ou qualquer tipo de verificação.

Respondendo a outra questão que foi colocada, no início, dizer que na Câmara Municipal as áreas são divididas por cantões para a limpeza e que teríamos no início do ano, vinte e nove pessoas para fazer a limpeza a cinquenta cantões, ou seja, cinquenta áreas específicas, portanto, um número, francamente, insuficiente de pessoas face ao número de cantões que temos, por isso, temos vindo, seja, com as pessoas que vêm pelo CEI + (Contrato Emprego – Inserção Mais), seja pelo concurso que abriu e que por questões dos prazos legais as pessoas ainda não estão contratadas, embora estejamos quase a chegar ao final do procedimento, mas, o que é certo é que os contratos ainda não estão assinados para que possam entrar ao trabalho, prevê-se que esteja em breve, ou seja, neste momento, entre pessoas que ficaram de baixa médica e outras situações, temos, das vinte e nove com que iniciámos o ano, apenas vinte e três para cinquenta canteiros, ou seja, isso é uma pressão adicional que está em cima da Câmara Municipal, algo que tentamos resolver da forma que a Sra. Vereadora Sara Silva disse ou que a Sra. Vereadora Anabela Rosa podia explicar, porque é um contrato que é repartido entre várias áreas da Câmara, nomeadamente, as podas, a higiene urbana, para o corte da vegetação e desmatção, por isso, iria aliviar e, são contratos anuais, só que anda à volta dos duzentos e sessenta mil euros, se não for mais e, como estes contratos são anuais, podem no limite serem plurianuais, temos já um valor considerável. Depois, leva a que certas, e determinadas, entidades, quando não estão satisfeitas com o resultado do concurso, impugnam o mesmo e tem que ser o nosso Gabinete Jurídico a dar resposta à impugnação, ou às questões levantadas porque quem ficou em segundo, terceiro ou quarto e até pode ficar em último lugar, levantar questões e impugnar o concurso, nunca tendo hipótese de ir a primeiro, mas tem liberdade de o fazer e foi isso que aconteceu, no concurso, foram levantadas questões e temos um período para a Câmara analisar as questões e responder. Temos de esperar, um tempo, para receber a resposta, ou não, de quem apresentou a queixa porque pode, ou não, estar satisfeita e nós darmos razão, ou não, e se ainda assim a pessoa não tiver satisfeita, a pessoa ou entidade, neste caso, pode ir para Tribunal e continuamos com o concurso parado, por isso, sou adepto, e não tenho qualquer tipo de problema que, para reforçar a nossa capacidade operacional, recorrer a privados, mas, recorrer a privados, também, tem estas

questões que não são tão lineares como, às vezes, se pensa porque dados os montantes que são, os procedimentos tem estas situações, e ainda bem, porque permite haver um escrutínio, haver um maior cuidado por parte de todos, só que os tempos da Lei e os tempos dos procedimentos, não são os tempos da erva a crescer ou os tempos, necessários, para se fazer as podas, nos tempos certos. E era isto que queria deixar bem claro, para todos, mas como os contratos que estamos a fazer não são de um mês, nem de dois, nem de três meses, são contratos anuais, a garantia que temos é que uma vez entrado em vigor este contrato, teremos, pelo menos, um ano em que podemos ficar descansados e preparar, no decurso desse ano, mais um contrato de um ano para dar continuidade e para termos sempre as ruas mais limpas, mais arrançadas e os monos recolhidos.

Relativamente a esta matéria, era isso que tinha para dizer e, depois, em menos de um mês, ou pouco mais, os quarenta e três trabalhadores, do concurso que foi aberto, estarão em condições de entrar ao serviço e já darão uma grande ajuda, à Câmara Municipal, para o trabalho que queremos e precisamos de desenvolver nas mais diferentes áreas, sendo certo que, ainda, na reunião privada passada, abrimos mais um concurso para contratação de mais pessoas porque por mais que tenhamos vontade, sabemos que as nossas políticas, o nosso querer fazer mais, o nosso querer fazer melhor, operar essa mudança que quisemos operar no Concelho, não se faz, sem trabalhadores e sem a aquisição de mais serviços, e tudo demora mais tempo do que aquele que nós gostaríamos. Tomemos, por exemplo, o caso, importantíssimo, do Centro de Saúde que, embora, tenha sido aprovado em prazo recorde, o Visto do Tribunal de Contas, cada dia a mais que passava, era mais um dia da contagem do prazo para a execução desta empreitada. Por isso, desde que chegámos, o sentimento que temos é que, para fazer face a todas estas necessidades que a Câmara Municipal tem, e que as pessoas lá fora têm, é que estamos a correr contra o tempo, estamos a andar o mais rápido que conseguimos, a atalhar o mais que conseguimos no cumprimento integral daquilo que são as nossas obrigações legais, e aquilo que diz a legislação e os tempos a que somos obrigados, ou seja, não podemos responder, mais rápido, ao Tribunal de Contas do que em dois dias, não podemos, depois da tomada de posse administrativa da empreitada, lançar o concurso em menos de, quase, uma semana, por isso, é sempre pelos prazos mais curtos, mas existem prazos para cumprir, seja para a adjudicação da obra, seja para a contratação de pessoal, seja para a contratação de serviços, se nos interessaria que os prazos fossem mais curtos? Sim, interessava-nos que os prazos fossem mais curtos, mas, é legislação com a qual trabalhamos e a única coisa que podemos é ser, do nosso lado, mais ágeis.

Sr. Vereador António Pereira – Disse que “quero aproveitar esta oportunidade para partilhar com a Câmara Municipal e, também, com os munícipes o que foi uma operação, uma intervenção na Freguesia do Vale da Amoreira, uma operação integrada de apoio à população migrante naquela Freguesia, num espaço identificado, e conhecido, como “Pastelaria Princesa”, e que obrigou a uma ação com diferentes parceiros, numa parceria conjunta, num trabalho conjunto com diferentes entidades, com diferentes organismos, com ONG's, portanto, associações locais que tiveram uma participação muito efetiva naquilo que foi o desenrolar deste trabalho, e desta intervenção, para um conjunto de pessoas que estavam alojadas num edifício particular, e que nos fizeram chegar, portanto, alguns parceiros locais com intervenção na Freguesia do Vale da Amoreira, a uma dada altura, uma associação local de apoio a imigrantes e um organismo público ligada à área da educação, fizeram-nos chegar uma informação sobre alegadas movimentações e alegados espaços que estariam a ser utilizados para alojamento de pessoas, de diferentes nacionalidades e, foi necessário fazer uma apreciação, um conhecimento sobre o que se estava a desenrolar naquela Freguesia, e para conhecer e fazer aquilo que foi, depois, a intervenção foram acionados vários meios, junto com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, que centralizou a sua prática e a sua ação naquele contexto, que solicitou os contributos do Município, na área da intervenção social, mas também, outros serviços da Proteção Civil e da área da fiscalização, mas, que envolveu, e é isto que quero partilhar também, aquilo que ia sendo identificado como a necessidade de conhecermos melhor o que se estava a passar e, portanto, foi nesse objetivo que se acionou estes organismos. O Centro Distrital, como referi, centralizou em si esta ação, mas, também, mobilizou estes parceiros e as forças de segurança locais, num comando e depois numa Divisão do

Barreiro, que nos deu apoio para aquilo que foi a necessidade de identificarmos e irmos conhecendo as situações daquelas pessoas que ali estavam e que de livre vontade, também, se predispuseram a estar connosco e irmos conhecendo a sua situação, a sua vivência naquela Freguesia, naquelas condições e, portanto, percebemos depois, que viemos a conhecer, que era um espaço que não estando licenciado para o efeito, havia que conhecer e perceber de que forma é que poderíamos combater aquela situação.

Foi colocado, logo, ao serviço do Município um equipamento público que está na Freguesia, a fazer de sede de espaço de identificação de cada uma daquelas pessoas em que íamos convidando a estar connosco, a fazer a identificação da sua situação, a maior parte documentados com NIF's, mas alguns outros com alguma necessidade de regularizar as suas situações, a esta população migrante e, portanto, aquilo que trago é esta intervenção que se iniciou no final do mês de março, ela teve, ali, cerca de quinze dias, mas que se concretizou com todas aquelas pessoas que ali estavam, que estavam naquela situação precária, em condições de habitabilidade precárias, que tiveram soluções e começou por se fazer uma intervenção mais estruturada, mais rápida e eficaz para as famílias que identificamos com bebés e crianças, e alguns idosos e, portanto, foram colocadas em centros de alojamento temporário, também, nesta ação em conjunto com os outros parceiros, já referi alguns, mas o Alto Comissariado para as Migrações teve nesta intervenção, assim como, esteve a equipa multidisciplinar especializada, portanto, de combate ao tráfico de seres humanos, e é, também, para partilhar com a Câmara e para partilhar com todos aquilo que foram estes dias e culminou numa ação. A uma dada altura todas estas pessoas que ali estavam a pernoitar, ficaram em situação de desalojadas e, no domingo de Páscoa, tínhamos várias dezenas de pessoas que estavam naquela situação e que, naturalmente, foram acionados todos os meios possíveis, todos os serviços com diferentes competências e responsabilidades, e foi logo naqueles primeiros dias de abril, também tinha sido da competência descentralizada, portanto, nesta descentralização da competência no domínio da ação social para uma entidade local que faz o seu serviço de atendimento e acompanhamento social integrado, que foram ativados todos os apoios, todos os seus recursos afetos a este serviço de atendimento e acompanhamento social, naquela Freguesia, para resposta àqueles que estariam naquela situação precária e que teríamos de encontrar as melhores soluções.

Nesse sentido, trouxe, também, para partilhar com todos, aquilo que foi a ação concertada de diferentes organismos, dos diferentes setores, setor público, setor social, com estas instituições locais, mas, também, os próprios do setor privado, que percebendo a situação que estava prontificaram-se a apoiar com refeições e com todos os apoios que puderam ser dispensados para aquele conjunto de pessoas que ali tiveram uma solução, em equipamentos públicos para identificação das situações, onde houve um processo aberto para cada uma daquelas pessoas e que culminou, em meados deste mês, com a regularização e com a normalização destas situações que ali estavam identificadas e, portanto, estas pessoas migrantes foram colocadas nesta estruturas residenciais de alojamento temporário e estão a ser, neste momento, acompanhadas por equipas especializadas na integração das pessoas migrantes e para que estas famílias possam reorganizar e reconstruir os seus projetos de vida, salvaguardando aquilo que são os respetos fundamentais pelos valores da dignidade das pessoas humanas, o bem comum e a justiça social para com todos aqueles que estiveram envolvidos."

Não havendo mais intervenções passou-se, em seguida, ao Período da Ordem do Dia

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

1. EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

- REVISÃO DE PREÇOS PISCINA MUNICIPAL DA MOITA - MARÇO 2023

“O regime da revisão de preços das empreitadas de obras públicas tem consagração legal em Portugal desde 1967, por via do Decreto-Lei n.º 47 945, de 16 de setembro de 1967, constituindo uma garantia essencial de confiança entre as partes, no contrato de empreitada de obras públicas, dono da obra e empreiteiro, permitindo-lhes rever a compensação a que houver lugar em função da variação dos custos de mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos de apoios inerentes à concretização do objeto contratual, constituindo assim, um mecanismo que visa assegurar o equilíbrio económico e financeiro do contrato, atualizando o preço contratualizado consoante as modificações que, com o tempo, previsivelmente, se verifiquem nos custos da execução das prestações ajustadas.

Nessa medida, o direito à revisão de preços constitui um direito de ordem pública, sendo obrigatória nas empreitadas de obras públicas, nos termos atualmente previstos no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2021 de 18 de agosto e no artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos.

Assim procedeu-se aos cálculos da revisão de preços, aplicando os índices publicados no site do Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção e de acordo com as fórmulas de revisão de preços aprovadas e aplicáveis à obra referida.

Atento o exposto propõe-se que a Câmara Municipal da Moita delibere aprovar, para efeitos de faturação, o valor das revisões de preços apuradas para a obra abaixo discriminada e no seguinte valor:

Concurso Público 01.2021 "Construção da Piscina Municipal da Moita e Arranjos Exteriores"

O encargo da despesa resultante do cálculo da revisão de preços provisória, datado de 31 de março de 2023, com os trabalhos revistos até março de 2023, no valor de 13.804,74€ (treze mil, oitocentos e quatro euros e setenta e quatro centavos) com IVA incluído na rubrica "Piscina Municipal da Moita" com o Código GOP 252-, satisfeito pela dotação orçamental: classificação orgânica e económica 03/0701040607, com o número sequencial de compromisso 69336, datado de 11 de abril de 2023."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

2. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS ÀS COMISSÕES DE FESTAS.

Retirada da Ordem do Dia

Neste momento, do decurso da reunião, o Sr. Vereador Rui Garcia teve de se ausentar, por motivos particulares.

3. PROPOSTA DE VALOR DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO VERÃO A BORDO 2023

“O projeto Verão a Bordo é um programa de ocupação dos tempos livres que se realiza de 03 a 28 de Julho 2023 e é, este ano, dirigido a crianças e jovens nascidos entre 01 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2015, Desenvolve um serviço de grande utilidade às famílias, indo ao encontro da necessidade de ocupação dos tempos livres durante as férias estivais e permite a participação num programa diversificado de actividades como idas à praia, ao campo, à piscina, visitas a equipamentos culturais, ateliês de artes, desporto, entre outras. O contacto com a arte e a cultura é um dos pressupostos do projeto, quer ao nível da concepção/experimentação, quer ao nível da fruição, pois esta é uma área menos explorada nos contextos educativos formais, não descurando o desporto, o ambiente e a ciência, áreas habitualmente presentes nos programas desenvolvidos. Em suma, este projeto tem como finalidade proporcionar o desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos participantes, através da educação pela arte e pela cultura, integrando as componentes ambientais e desportivas, e assume como **objectivos gerais**:

- Promover a cooperação, a entreaajuda e o espírito de equipa, recorrendo ao sentido de justiça, reciprocidade e solidariedade entre os participantes, e destes com toda a equipa, numa lógica humanista;
- Fomentar a autonomia, a iniciativa e a criatividade das crianças e jovens, apelando à participação ativa nas diferentes atividades;
- Promover o sentido crítico e de responsabilidade social das crianças e jovens;
- Proporcionar momentos de lazer e divertimento;
- Estimular o gosto, a propensão e a aptidão dos participantes para as atividades culturais, artísticas, ambientais e desportivas.

Posto isto, deverá ser considerando que os participantes usufruem durante duas semanas, de (lanche manhã, almoço e lanche tarde), transporte para as atividades (autocarros municipais e alugados), fruição de um conjunto variado de actividades lúdico-pedagógicas (cultura, desporto, ambiente, ciências, etc.) - que implica a aquisição de materiais diversos -, são abrangidos por um seguro de acidentes pessoais, têm atribuídos ao grupo em que estão integrados, monitores qualificados, recursos humanos internos e contratação ao exterior, e que estes aspetos têm associados custos financeiros.

Tendo em conta o papel social desempenhado pelo projecto, e de forma a garantir o acesso às famílias com menores recursos socioeconómicos, propõem-se descontos subordinados a dois critérios: escalão de abono de família e irmãos inscritos no projecto. Deste modo, fica salvaguardada a participação de todas as famílias cujas crianças e jovens tenham idade para participar nas Verão a Bordo.

Numa perspectiva de custo-benefício que tem em linha de conta os encargos decorrentes do projecto, a dimensão e a complexidade logística deste, ao abranger cerca de 320 crianças e jovens dos 8 aos 13 anos, durante um período de quatro semanas, considera-se que os valores de inscrição abaixo propostos são vantajosos para qualquer participante, e garantem, através da política de descontos, a acessibilidade do projecto a toda a comunidade.

Face ao exposto, e atendendo aos encargos descritos, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo e nos termos do artigo 33º, nº 1, alínea e), da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, delibere fixar os seguintes valores de inscrição para o projeto Verão a Bordo:

- Valor da inscrição por participante: € 60 (sessenta euros);
- Valor da inscrição para Escalão 1 do Abono de Família - € 15,00 (quinze euros);
- Valor da inscrição para Escalão 2 do Abono de Família - € 30,00 (trinta euros);
- Valor da inscrição com desconto de 15% na inscrição de irmãos, aplicável apenas, na inscrição da 2ª criança e seguintes, tanto na inscrição de €60, como nas inscrições abrangidas pelos escalões 1 e 2 do Abono de Família."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções.

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que "em relação a esta proposta, os Vereadores da CDU vão tomar, exatamente, a mesma posição que tiveram o ano passado. Consideramos que este programa é uma mais-valia para as crianças do nosso Concelho e de ajuda à família. Consideramos ainda que este projeto do "verão a bordo", depois de visto e de analisado os pressupostos que levaram à mudança do nome, antigamente, na gestão CDU «férias jovens», agora «verão a bordo» e depois de nos terem sido fornecidos os objetivos, o que agradeço, Sr. Vereador, que fez questão de nos fazer chegar, chegamos à conclusão que, exatamente, só mudou mesmo o nome, de qualquer maneira, e sempre foi um projeto muito querido da Câmara Municipal da Moita. É um projeto que sabemos que não dá lucro à Câmara, nem poderia dar, dá despesa, mas efetivamente, também, estamos cá para ajudar as famílias e porque estamos a ajudar as famílias, a nossa posição vai ser de votar contra se mantiveram estes preços. Consideramos que os preços processados, anteriormente, de cinquenta euros eram mais justos porque o ano passado aumentaram para sessenta euros. Se queremos então, apoiar as famílias, vamos mostrar, aqui, que realmente estamos num período difícil e que a mensalidade das crianças, do valor da inscrição, poderia ser os cinquenta euros já anteriormente processados.

Relativamente às questões dos escalões um e dois, e de inscrições para irmãos e, também, para as crianças, para as outras entidades, creio que para a CPCJ e outras, era também uma prática já comum, portanto, o que nós sugeríamos se assim quisessem aceitar era que os preços fossem, ligeiramente, mais baixos para, também, mostrarmos que estamos aqui a apoiar as famílias."

Sr. Presidente – Disse "Sra. Vereadora, só lhe quero dizer uma coisa, relativamente ao apoio que é dado às famílias, lembrar-lhe que no seu tempo, enquanto a Sra. Vereadora era titular do pelouro, nomeadamente, da Ação Escolar, não havia AFF's, nem CAV's, só havia numa ou duas escolas do Concelho com muita pressão nossa, dos vereadores do Partido Socialista, para haver alargamento a todos os agrupamentos. Sempre nos foi dito que era impossível, que era complicado, que não havia interessados, uma panóplia de questões que sempre nos foi levantado, acredito e espero que em todas as escolas deste Concelho esteja a correr bem porque houve um alargamento.

Bem sabemos das queixas de alguns pais e posso partilhar consigo, até porque facilmente irá reconhecer uma das escolas de onde nos chegam mais queixas e não quero estar aqui a fulanizar esta questão, mas em privado posso lhe fazer chegar uma das escolas de onde nos chega mais queixas e acredito que a Sra. Vereadora, facilmente, irá reconhecer qual é a escola que eu me estou a referir, que os pais, pessoalmente, me enviam mensagens a dizer que existe, existirá ou, putativamente, existiria uma resistência anormal por parte de algumas pessoas que tiveram o cuidado de sublinhar que não partia da Câmara Municipal, mas posso depois partilhar consigo o reparo que esses pais me fizeram chegar, mas ganhas todas essas resistências é muito bom ver que foi possível alargar, a todo o Concelho, as CAF's e AFF's para dar uma resposta que os pais careciam, nos solicitavam, e que vencidas estas primeiras barreiras, muitas delas artificiais, esperamos que, futuramente, o processo se normalize no Concelho da Moita, como é normal em todos os outros Concelhos onde isto mesmo

4
84

acontece em favor, sim das famílias, ajudando as famílias o ano inteiro em todos os pontos do Concelho, em todas as freguesias do nosso Concelho. "

Sr. Vereador António Pereira - Disse: "Esta proposta para o projeto «Verão a Bordo» para este ano de 2023, ele vai decorrer no mês de julho, de 13 a 28 de julho, portanto, durante este mês cerca de trezentas e vinte crianças vão beneficiar destas atividades. Este é um programa de atividades de ocupação de tempos livres e é na interrupção letiva, portanto, estes são os grandes objetivos a esta ocupação e a este apoio às famílias. Estas crianças, e jovens, estão entre os oito e os treze anos e, perante aquilo que é esta proposta, já houve, e este foi um programa de continuidade do executivo anterior, mas que, agora, terá o seu fundamento, sendo sempre esta e não deixando de ser a ocupação dos tempos livres destas crianças, neste período de tempo, neste mês de julho e para este conjunto de crianças, nestas idades dos oito aos treze anos.

Este projeto tem uma finalidade e tem aqui vários objetivos, como estão apresentados na proposta, portanto, as inscrições, naturalmente, servirão para aquilo que é o investimento que queremos que é proporcionar mais atividades, mais diversificadas, mais ricas, experiências diferentes para estas crianças, portanto vemos, não como encargo mas um investimento nestas crianças, naturalmente, para podermos, também, enriquecer os programas, temos estes valores das inscrições, nos valores que foram apresentados que servirão para aquilo que são as refeições, o lanche da manhã, o almoço, o lanche da tarde, as atividades, os transportes, os transportes para as atividades, um conjunto variado de atividades lúdico-pedagógicas, aquisição de materiais, seguros de acidentes pessoais, recursos humanos com monitores qualificados, recursos humanos, portanto, para a promoção daquelas atividades, algumas contratações ao exterior, portanto, há sempre alguns encargos que são associados a este tipo de programas e que fazemos uma proposta de acordo, também, a que estas inscrições estejam associadas aos escalões dos abonos de família, portanto, aquilo que estas situações sócio-económicas de cada família, de acordo também com os escalões da própria Segurança Social e destas prestações familiares, que permitem ter a diferenciação das inscrições, com a ressalva de podermos aumentar aquilo que é a possibilidade de acolher um conjunto mais alargado de crianças que são identificadas por organismos, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, portanto, temos por turno dez crianças, num total de vinte crianças que vem nessas condições, da justiça social, também, se pretende que alguns possam também beneficiar da gratuidade destas atividades, associadas também, para além dos valores que foram apresentados com uma condição, também, aqueles irmãos que possam estar a participar e para não onerar tanto as famílias e não criar aqui algum tipo de desequilíbrios, do ponto de vista da sugestão do Orçamento familiar, portanto, uma redução de 15% na segunda inscrição, e esta é a proposta que trazemos à Câmara"

Sr. Vereador Ivo Pedaço - Disse que "de facto, nesta proposta, o valor de inscrição, para algumas famílias, é bastante relevante e a questão que eu penso e que quero perguntar é se, isto é através do IRS das famílias que se vai saber os escalões, ou seja, o IRS está a ser entregue agora, basicamente, o automático, mas começou agora em abril, aqui, a questão é que, infelizmente, a economia está sempre a mudar e a economia das famílias também e, às vezes, de um momento para outro, a família fica sem o rendimento de um familiar, por diversas causas, se isso acontecer, a Câmara Municipal tem isso em consideração? Ou se a família não puder pagar os sessenta euros, a criança é, automaticamente, desqualificada do projeto?

Gostaria, também, de saber, já no ano passado, penso, que tenha sido trezentos e vinte crianças, quando é que se prevê um aumento? Isto, porque cada vez temos mais crianças e muitas delas ficam fora, lamentavelmente, e é o caso do ano passado em que houveram muitas crianças que me abordaram e que mencionaram essa situação, claro, que não podemos atingir todas, isso tenho consciência, mas acho que devíamos indo, gradualmente, aumentando esta situação."

Sr. Presidente - Disse que "é de todo o interesse da Câmara, tendo possibilidades para o efeito, sendo que também é claro que é impossível atingir todo o universo, por duas questões, quer pela incapacidade

da própria Câmara, e até mesmo por ser difícil porque poderia, sempre, haver um pai que não tivesse interesse nesta oferta, e com todo o direito, da mesma forma que terão direito todos aqueles agregados familiares que queiram recorrer a esta oferta, mas nesta, como noutras situações, normalmente o IRS que é questionado é sempre o que foi entregue às Finanças, do ano anterior, e não é o deste ano por razões várias e, às vezes, até porque para além de ser entregue tem que ser validado pelas Finanças, e o calendário fiscal não acompanha o calendário Escolar, e se assim fosse, era possível ter esse cuidado que está aqui a colocar."

Sr. Vereador António Carlos Pereira – Disse que "que nas inscrições e na seriação deste processo das inscrições e do acolhimento das propostas, por parte dos pais para a participação destas crianças é tido em conta aquilo que foi as presenças em anos anteriores e programas anteriores, para não ficar nenhuma criança que possa ter esta experiência, esta vivência e esta atividade que possa beneficiar, portanto, que não fique privada de poder participar quando outros já participaram, em outros momentos, portanto, é também de acordo com o Regulamento, que prevê isso."

Sr. Presidente – Disse que "pode ficar aqui o compromisso, num próximo ano, continuarmos, exatamente, como fizemos quando foi das piscinas que algo que não foi, aqui, dito, que acolhemos algumas das propostas que foram colocadas no ano anterior e que versámos naquele mesmo ano, tendo reduzido, para as escolas e para os infantários, como se pode ver no tarifário de um euro e oitenta para um euro, e de dois euros e quarenta para dois euros, isso, facilmente, pode ser visto no tarifário das piscinas, e o alargamento para um agregado de duas pessoas mais duas crianças, e estranhamente, essa proposta que acolheu esses contributos, do ano anterior, foi chumbada no ano seguinte, portanto, o que posso deixar, aqui, é esse mesmo compromisso, que no próximo ano, trazemos aqui uma proposta que acolha as preocupações que aqui foram manifestadas, nomeadamente, sobre alterações abruptas aos rendimentos passarem a constar do Regulamento, ou seja, no próximo Regulamento que se venha a fazer, para esta matéria, os nossos serviços técnicos terem já a instrução, da nossa parte, para que tenham em conta as alterações abruptas nos rendimentos, algo que, neste caso é volátil para a hipótese, e às vezes é difícil de aferir, até porque as situações, infelizmente, são dinâmicas, repare, aqueles agregados familiares que no ano anterior podiam ter um valor mais baixo, entretanto, neste momento, a família pode estar a auferir um maior valor de rendimento e o contrário, também, pode ser verdade, e é muito difícil chegar àquela que é a verdade, ao dia de hoje. Tira-se uma fotografia, o IRS é uma fotografia do ano anterior, e essa fotografia dos rendimentos do ano anterior, da situação financeira e é com essa fotografia que os serviços trabalham, portanto, essa análise minuciosa é muito mais difícil, tanto para o lado daqueles que perdem rendimentos como para o lado daqueles que passam a ter mais rendimento e depois, tanto para uma situação como para outra, iríamos carecer da colaboração das pessoas. Isso é uma situação mais difícil, mas é algo que podemos tentar pensar, se é possível arranjarmos uma fórmula que seja simples, clara, objetiva e capaz de ser trabalhada pelos nossos serviços, porque soluções há muitas, mas, a capacidade que temos e que sabemos, é aquela que existe e não queremos sobrecarregar os nossos trabalhadores com um volume de trabalho adicional, é isso que eu tenho para dizer relativamente a esta proposta."

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com quatro votos a favor do PS, três votos contra da CDU e uma abstenção do Sr. Vereador Independente.

Pela Sra. Vereadora Vivina Nunes, em nome dos eleitos da CDU, foi apresentada a Declaração de Voto que abaixo se transcreve.

Declaração de Voto

"Os Vereadores da CDU não são contra este projeto, antes pelo contrário, foi iniciado no mandato CDU com as mesmas bases, com os mesmos, com as mesmas questões que têm, agora, relativamente àquilo que são os pressupostos de pagamento, no entanto, tínhamos o valor mais baixo, e só por causa do valor e por ter menos quarenta meninos, também, a usufruir é neste sentido que vai o nosso voto contra, estamos contra haver menos quarenta meninos no projeto e, também, que o mesmo possa ser um bocadinho mais barato, é só isso."

Pela Sr. Vereador Independente Ivo Pedação foi apresentada a Declaração de Voto que abaixo se transcreve.

Declaração de Voto

"Como sempre, acho que estas estas atividades são uma mais-valia, tanto quando eram feitas pela CDU e agora também, é pena não conseguir envolver mais crianças, muitas delas, não tem, infelizmente, capacidade financeira para ter as suas férias fora do Município, mas fica aqui a aposta, aos Srs. Vereadores do PS, que para o ano consigam trazer mais crianças para estas atividades e outras mais que podem fazer e são sempre bem-vindas, aqui, ao Concelho e penso que às reuniões de Câmara. Votei em abstenção só mesmo porque poderia haver mais crianças envolvidas neste projeto."

Pelo Sr. Vereador António Pereira foi apresentada a Declaração de Voto que abaixo se transcreve.

Declaração de Voto

"Relativamente à posição, e o voto, da bancada do Partido Socialista que este é um programa que envolve trezentas e vinte crianças, neste mês de julho, que tem este objetivo, este grande objetivo que é a ocupação dos tempos livres na interrupção letiva das férias do Verão, onde são proporcionadas diferentes atividades, onde os participantes podem desenvolver, podem usufruir das diferente experiências daquilo que é o programa específico nestas atividades lúdico-pedagógicas que vão desde a cultura, desporto, ambiente, ciências, entre outras, onde têm uma equipa preparada e capaz, com recursos internos do Município mas, também, com alguma contratação que é feita e, portanto, estas inscrições são de acordo com a situação socioeconómica, por cada família, com um referencial aos abonos de família, aquilo que é de referência para estas condições de atribuição de escalões. Será para retomar, também, a normalidade após dois anos de interrupção com a situação da pandemia, portanto, estamos aqui a retomar, a ver e a fazer uma avaliação, que o ano passado foi desenvolvido e, que correu como era a nossa expectativa, a avaliação foi feita pelos pais e pelas crianças, deu-nos fortes indicadores para mantermos esta atividade, para este ano e, portanto, o que temos aqui a propor, e esta foi a nossa votação que é, para que a inscrição seja de acordo com os abonos de famílias e as inscrições com a situação socioeconómica de cada família, que se possam por as vias das inscrições fazer os abonos, e permitir, também, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens tenha, aqui, referenciado o dobro das crianças que tem sido em anos anteriores e, portanto, possam, também, beneficiar por esta via por estes apoios, assim como, a redução dos 15% que nós fazemos às famílias com outras crianças que estão inscritas, com uma seriação e um apuramento que é feito sobre as inscrições dos anos anteriores, e para possibilitar que não fique nenhuma criança sem poder usufruir e beneficiar dessas atividades."

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e quarenta minutos do dia 24 de abril de 2023. E eu, Paula Graça, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (MP3), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



A COORDENADORA TÉCNICA

